

Março/2014



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº. 127/2013 e 132/2013, Instrução Normativa nº 72/2013 e da Portaria-TCU nº. 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.



LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AIE - Anemia Infecciosa Equina

BINAGRI -Biblioteca Nacional de Agricultura

CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

CPOrg/RO - Comissão da Produção Orgânica de Rondônia

DFIA - Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas

DFIP - Departamento de Fiscalização de Insumos da Pecuária

DIPOA – Departamento de Inspeção e de Produtos de Origem Animal

DDA -Divisão de Defesa Agropecuária

FFA _ Fiscal Federal Agropecuário

IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

OGM - Organismos Geneticamente Modificados

OIE - Organização Internacional de Epizootias

PI – Plano Interno

PNCEBT - Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose

PNCRC - Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes

RBQL - Rede Brasileira de Qualidade do Leite

SAD - Serviço de Apoio Administrativo

SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária

SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SFA-RO – Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia

SEFAG – Serviço de Fiscalização Agropecuária

DPDAG - Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário

SISA – Servico de Inspeção e Saúde Animal

SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento

TFFA – Técnico de Fiscalização Federal Agropecuário

UTRA – Unidade Técnica Regional de Agricultura

UVAGRO - Unidade de Vigilância Agropecuária



Lista de Tabelas e Quadros

Quadro nº	Nome	PG
01	Dados identificadores da unidade jurisdicionada Identificação da UJ	12
02 a 18	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	38 a 60
19	Estrutura de controles internos da UJ	62
20	Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	64
21	Despesas Correntes Por Grupo e Elemento De Despesa Dos Créditos de Movimentação	65
22	Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	66
23	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	67
24	Composição do quadro de recursos humanos - situação apurada em 31/12/2013	69
25	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	69
26	Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ(situação em 31 de dezembro)	70
27	Quadro Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária Situação apurada em 31/12/2013	70
28	Composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2013	71
29	Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2013	71
30	Composição do quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2013	72
31	Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	72
32	Composição do quadro de estagiários	72
33	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	74
34	Distribuição Espacial Dos Bens Imóveis De Uso Especial De Propriedade Da União	79
35	Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ	80
36	Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada	81
37	Gestão ambiental e licitações sustentáveis	83
38	Consumo de papel, energia elétrica e água	85
39	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	86
40	Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	88
41	Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICOV	90
42	Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	91



SUMÁRIO

01	Introdução	09
02	Iidentificação	11
03	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	13
04 05	Organograma Funcional Descrição das siglas e funções constantes no Organograma	14 15
03 06	Órgãos responsáveis pelos Macroprocessos	13 29
07	Gestão Operacional	32
08	Objetivos e Prioridades definidas para o exercício de 2014	34
09	Plano Estratégico da SFA?RO	35
10	Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	38
	 Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ 	
11	Informações sobre programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de responsabilidade da UJ	60
12	Estruturas de governança e de autocontrole da gestão	62
13	Desempenho Orçamentário/Financeiro	64
14	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	64
15	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos de movimentação	65
16	Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	66
17	Transferência de Recursos	67
18	Composição do Quadro de Servidores Ativos	69
19	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	69
20	Detalhamento da estrutura de Cargos em Comissão e funções Gratificadas	70
21	Composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2012	71
22	Composição Do Quadro De Servidores Inativos	71
23	Contratos De Prestação De Serviços De Limpeza e Higiene E Vigilância Ostensiva	74
24	Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	75
25	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	75
26	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	81
27	Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental	83
28	Conformidade E Tratamento De Disposições Legais E Normativas	86



29	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	89
30	Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SCONV	90
31	Declaração de demonstrações contábeis do exercício	91



AUTORIDADES DO MAPA

Presidente da República

Dilma Vana Roussef Linhares

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Antonio Eustáquio Andrade Ferreira

Chefe de Gabinete do Ministro

Cleide Edvirges Santos Laia

Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica

Derli Dossa

Secretário Executivo

José Gerardo Fontelles

Secretaria de Defesa Agropecuária

Ênio Antônio Marques Pereira

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

Erikson Camargo Chandoha

Secretaria de Política Agrícola

Caio Tibério Dornelles da Rocha

Secretário de Produção e Agroenergia

Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

Célio Brovino Porto

Coordenador das Superintendências do MAPA

Estela Alves Medeiros/Luiz Chaguri Neto



TITULARES DA SFA/RO

Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia

FFA – José Valterlins Calaça Marcelino

Assessoria de Gabinete

Simone Cassupá de Souza

Seção de Planejamento e Acompanhamento

TFFA – Domicio Campos Oliveira

Serviço de Apoio Administrativo

Ag. Adm. - Antonio Vagne da Silva Costa

Divisão de Defesa Agropecuária

FFA – Ângelo José de Oliveira

Serviço de Fiscalização Agropecuária

FFA – Rivaldo Elias Koury Góes

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

FFA – Sebastião Ferreira Farias

Serviço de Inspeção e Saúde Animal

FFA - Alfério

Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal

FFA José Ubiraci de Freitas

Seção de Execução Orçamentária e Financeira

Ag. Adm. -

Seção de Gestão de Pessoas

Ag. Adm. - Francisco

Seção de Atividades Gerais

Ag. Adm. - Carlos Ribeiro de Oliveira

Núcleo de Transporte

Motorista –

Setor de Material E Patrimônio

Ag. Adm. - Tania Mara Coelho Costa

Núcleo de Protocolo

Ag. Port. - Sérgia Ferreira Lima/Manoel Benvindo

Núcleo de Manutenção Predial

Ernesto Lopes Pinheiro Sinos

Setor de Compras e Contratos

Escritório Regional de Agricultura em Ariquemes

FFA – João Carlos de Araújo Aranha

Escritório Regional de Agricultura em Cacoal

FFA – Nestor Kannenberg

Escritório Regional de Agricultura em Ji-Paraná

FFA –

Escritório Regional de Agricultura em Ouro Preto D'oeste

FFA - Anna Karina Viegas

Escritório Regional de Agricultura em Rolim de Moura



FFA – Maurício Yoshikazu Kato
Escritório Regional de Agricultura em Vilhena
FFA - Fernando José Soares Pinto
Unidade de Vigilância Agropecuária de Guajará Mirim
FFA – Luiz Fernando Mena Diehl
Unidade de Vigilância Agropecuária de Porto Velho
FFA – Gilberto Carvalho de Castro



CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia – SFA-RO, vinculada ao **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, seguiu para a elaboração do relatório de gestão do exercício de 2013 as orientações previstas nos normativos legais; Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, publicada em 06.09.2010, Decisão Normativa TCU nº 132, de 02 de outubro de 2013, e 134, de 04 de dezembro de 2013 Portaria TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013 e Norma de Execução nº 01 de 18 de janeiro de 2013 e Instrução Normativa nº 72, de 15 de maio de 2013.

Os Programas do PPA 2012 - 2015 e respectivas Iniciativas e Ações foram analisadas com foco nas informações que possibilitaram demonstrar o desempenho e alcance dos objetivos propostos nos Planos de Trabalho Internos e de acordo com as informações registradas no PPA. Para os 03 (Três) programas, cujas Iniciativas e Ações estão sob a responsabilidade desta SFA/RO, foram provisionados R\$ 1.305.231,03, sendo empenhados R\$ 1.300.808,92, liquidados R\$ 1.300.808,92 e pagos R\$ 1.139.699,86, restando de saldo ao final de 2012 o valor de R\$ 24.160,85, sendo que deste total foram empenhados do Ministério da Pesca e Aqüicultura o valor de R\$ 18.912,44, Liquidados R\$ 18.912,44 e pagos R\$14.484, conforme dados retirados do SIAFI GERENCIAL.

As informações estão estruturadas de acordo com o Anexo II da DN-TCU nº 132, de 2013, com apresentação por item, nos termos das Partes A, B e, quando cabível, da Parte C do mencionado Anexo.

Com relação a Parte A do Anexo II da DN-TCU nº 132, de 2013, informamos que a SFA/RO, no caso do item A.4.2., não registrou passivo por insuficiência de créditos ou recursos em 2013; no caso do item A.4.5.1 a SFA/RO não utilizou cartões de pagamento do governo federal para compras e serviços, e não há também que se falar em renúncia tributária, no tocante ao item A.4.7.1, e nem tampouco quanto ao item A.4.7.2, com relação a Gestão de Precatórios considerando a natureza jurídica da SFA/RO. Logo, tais itens não aparecerão no corpo do Relatório.

Apesar de se aplicarem à natureza deste Órgão, os quadros referenciados pela Portaria-TCU nº 175, de 2013, tais como A.2.2.1, referentes a Programas Temáticos do Governo, e o quadro A.2.2, relativo a Objetivos Iniciativas são de coordenação nacional sendo a nossa UJ a executora das ações vinculadas e os quadros A.3.3.2, A.3.3.3 e A.3.3.4, por serem itens que não se aplicam a nossa natureza jurídica, e A.4.1.1, A.4.1.2.1, A.4.1.2.2, A.4.1.3.1, e A.4.1.3.3 não foram apresentados no Relatório por tratarem de situações não ocorridas no exercício, respectivamente, por esta UJ não gerenciar programas de Governo, e de créditos relativos a despesas de capital recebidos pela SFA/RO por movimentação, bem como, itens que não se aplicam a por não serem de nossa natureza jurídica, informamos que não houve contratação de terceirizados e nem tampouco substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados, de autorizações para realização de concursos públicos ou



provimento adicional para substituição de terceirizados, houve instrumentos de transferência pactuados em 2011 com vigência em 2012 e 2013 e que vigerão em 2014 e exercícios seguintes, não ocorrendo análise de prestações de contas de convênios e contratos de repasse.



1 – IDENTIFICAÇÃO

O Ministério da Agricultura, originalmente denominado Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, foi criado no século XIX por decisão da Assembléia Legislativa, quando da promulgação do Decreto Imperial nº 1067 de 28 de julho de 1860, passando a integrar a estrutura formal do Gabinete do 2º Império. A estrutura organizacional da Secretaria de Negócios da Agricultura perdurou por 32 anos, quando então no início do Regime Republicano foi extinta e suas atribuições absorvidas pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, com fulcro no disposto no Decreto nº 1.142 de 2 de novembro de 1892. Pelo disposto em referido diploma legal os assuntos da Agricultura ficaram obscuramente afetos à 2ª Secção da 3ª Diretoria daquele Ministério. Pelo Decreto n º 19.448, de 3 de dezembro de 1930, passou o Ministério da Agricultura a compor a estrutura governamental da República, sendo lhe atribuído, de direito, no cenário nacional, a proeminência político-econômica devidas.

Em síntese, as competências e a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura permaneceram inalteradas por 50 anos, quando na década de 1980 lhe foram excluídas da competência os assuntos relativos à reforma agrária e aos recursos florestais e pesqueiros.

Posteriormente em 15 de março de 1990 com a promulgação da Medida Provisória 150, convertida na Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990, que dispôs sobre a "reorganização e funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios", foi criada uma nova Pasta da Agricultura, a qual foram outorgadas as tradicionais atribuições, a exceção do abastecimento, acrescidas daquelas relacionadas as ações de coordenação política e à execução da reforma agrária e dos assuntos de irrigação. Após 1990, em razão das competências que lhe foram sendo ou não conferidas, a denominação e a estrutura organizacional da Pasta da Agricultura foram sendo adequadas, tais como: Medida Provisória 2216-37 de 31 de agosto de 2001, incorpora em seu nome a designação pecuária, passando a ser denominado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em clara demonstração da importância deste segmento, inclusive pelo destaque do agronegócio de carnes no mercado brasileiro, bem como no mercado global, tendo em vista a Balanca Comercial do País. Quando da edição da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, depois convertida na Lei nº. 10.683, de 28 de maio deste mesmo ano, fica mantida a denominação e a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo-lhe, no entanto, retirados os assuntos relacionados aos assuntos pesqueiros.



1. - CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA

1.1 - DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA:

Quadro 01 - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Quadro 1- Dados identificadores da unidade jurisdicionada Identificação da UJ

	ores da unidade jurisdicionada identifi	cação da OJ		
ÿ	Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: N	Órgão de Vinculação : Ministério da Agricultura, Pecuária e Código SIORG : 14			
Abastecimento				
Identificação da Unida	de Jurisdicionada			
Denominação completa	: Superintendência Federal de	Agricultura em I	Rondôni	a
Denominação abreviad	a: SFA/RO			
Código SIORG: 14	ódigo SIORG: 14 Código LOA: 22101 Código SIAFI: 130083			SIAFI: 130083
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órg	ão da Administração Direta do	Poder Executive)	
Principal Atividade: Ag	gricultura		Código	CNAE: 0161-9
Telefones/Fax de conta	to : (069) 3901- 5601	(069)3901-560	3	(069)3901-5620
Endereço eletrônico: ga	nb-ro@agricultura.gov.br	•		
Página da Internet: http	o://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: BR 36	54, Km 5,5 CEP 76.815.800, Po	orto Velho - Ron	dônia	
Normas relacionadas à	Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e al	teração da Unidade Jurisdicio	onada		
Decreto n° 19.448, de 3 de dezembro de 1930, Decreto n° 5.351, de 21 de janeiro de 2005.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
Portaria no. 428, de 09/0	Portaria no. 428, de 09/06/2010, publicada no Diário Oficial da União em 14/06/2010 - Regimento			
Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada				
A SFA/RO utiliza os manuais técnicos elaborados pelo MAPA, por meio do site				
http://www.agricultura.gov.br				
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
Não se aplica				
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
Não se aplica				
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unida	ade Gestora	Código SIAFI	da Ges	tão
130000	000001			
		1		



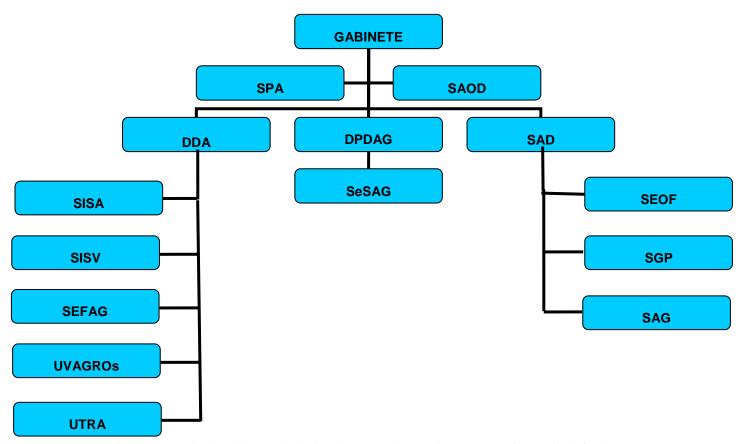
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Apresentamos nesta ocasião o RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 da SFA/RO, em cumprimento ao que estabelece a Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, publicada em 06.09.2010, Decisão Normativa TCU nº 132, de 02 de outubro de 2013, e 134, de 04 de dezembro de 2013 Portaria TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013 e Norma de Execução nº 01, de 18 de janeiro de 2013 e Instrução Normativa nº 72, de 15 de maio de 201, com o objetivo de mostrar o cenário da agricultura e pecuária no Estado de Rondônia, principalmente, o serviço do Governo Federal no controle de doenças de animais e pragas dos vegetais nas fronteiras do Pais com a Bolívia, onde nossa meta maior é o combate a febre aftosa e fiscalizações dos frigoríficos do nosso Estado, visando apresentar á sociedade brasileira uma carne sadia e outros produtos de primeira qualidade, como o leite. Estamos aplicando recursos do Governo Federal na compra de equipamentos que nos dão condições de exercer uma melhor fiscalização nas fronteiras e no estado como um todo. Aderimos a parcerias com outros órgãos do governo estadual ligados a Agricultura, onde juntos estamos impedindo a entrada de animais (bovinos ou bubalinos) doentes em nosso Estado. Assim, coloco á disposição dos contribuintes, interessados, demais gestores da pasta, órgãos controladores e fiscalizadores, internos e externos, os resultados dos Programas que têm Ações / Planos Internos - PIs do PLANO PLURIANUAL - PPA 2012-2015, desenvolvidos pela Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia – SFA/RO, oportunizando desta forma para uma análise crítica não somente da Unidade Executora das ações, mas, e principalmente, de todos segmentos da sociedade. Visa também, relatar nossos trabalhos durante o exercício de 2013, as ações planejadas, as metas executadas, recursos liquidados, entraves encontrados à execução das metas e demonstrar com transparência nosso desempenho em favor da comunidade, produtor rural, empresários e consumidores de forma geral.

Face ao que será relatado, temos a convicção de que buscamos desempenhar bem o papel constitucional, institucional e funcional reservado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em nosso estado.



1.3 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL



1.3.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: DECRETO Nº. 5.351/2005 SFA/RO

Superintendente - GAB (DAS 3)

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA (FG 1)

Divisão de Defesa Agropecuária – DDA (DAS 2)

Serviço de Inspeção e Saúde Animal SISA (DAS 1)

Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV (DAS 1)

Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários SEFAG (DAS 1)

Unidade de Vigilância Agropecuária de Porto Velho UVAGRO-PVH (FG 1)

Unidade de Vigilância Agropecuária de Guajará Mirim UVAGRO-GRM (FG 1)

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário DPDAG (DAS 2)

Serviço de Apoio Administrativo – SAD (DAS 1)

Seção de Atividades Gerais SAG (FG 1)

Seção de Execução Orçamentária e Financeira SEOF (FG 1)

Seção de Gestão de Pessoas SGP (FG 1)

Núcleo de Protocolo NPR (FG 3)

Núcleo de Manutenção Predial NMP (FG 3)



Setor de Material e Patrimônio SMP (FG 2) Núcleo de Transportes NTR (FG 3)

1.3.2 - DESCRIÇÃO DAS SIGLAS E FUNÇÕES DOS SETORES CONSTANTES DO ORGANOGRAMA

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA em Rondônia é regida pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14/06/2010, na Seção 1.

Gabinete – Responsável - José Valterlins Calaça Marcelino

Ao Superintendente incumbe: coordenar a execução das atividades da SFA/MAPA, em consonância e respeito aos normativos técnicos, administrativos e operacionais dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA; assessorar o Ministro de Estado nos assuntos relacionados com o desenvolvimento da política agrícola traçada para a respectiva Unidade da Federação; aprovar a proposta orçamentária e financeira da SFA/MAPA, a ser encaminhada ao órgão competente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; recomendar a suspensão da transferência de recursos financeiros para órgãos e entidades conveniados, bem assim aos executores de parcerias, tendo em vista os resultados das auditorias técnico-fiscais, administrativas e financeiras realizadas; celebrar, mediante aprovação do Ministro de Estado, convênios, acordos, ajustes ou contratos com órgãos e entidades públicas ou privadas, visando à execução de atividades de competência da SFA/MAPA; celebrar Termo de Cooperação Técnica; promover: a) articulações com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil, para formalização de parceria na execução de ações de interesse da SFA/MAPA; b) atividades de planejamento e acompanhamento, bem como de organização e inovação institucional, suporte e apoio operacional e divulgação institucional; praticar, como ordenador de despesas, os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos créditos orçamentários e recursos financeiros disponibilizados à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, observando as programações específicas e autorizando as contratações, empenhos, liquidações de despesas, pagamentos e demais atos afins; assinar conjuntamente com o Chefe do Serviço de Execução Orçamentária e Financeira ou da Seção de Execução Orçamentária e Financeira, as autorizações de pagamento de despesas; indicar representantes da SFA/MAPA em órgãos colegiados, eventos e ações específicas no âmbito da respectiva Superintendência Federal; homologar licitação para aquisição de material ou execução de obra e serviço, inclusive autorizar a abertura e anular processo licitatório; ratificar dispensa e inexigibilidade de licitação; decidir os procedimentos administrativos relacionados às autuações efetivadas pelas Unidades de Execução Finalística, observada a instância de atuação e aplicar as sanções legais cabíveis, inclusive a penalidade de multa; suspender empresa prestadora de serviço e fornecedor de material, por inadimplência de contrato; autorizar a liberação de garantia depositada junto à SFA/MAPA; autorizar viagem e deslocamento, em proveito do serviço, de servidor público e empregado lotados na Superintendência Federal e de colaborador eventual, bem como requisitar transporte, passagem e



remover servidores públicos e empregados, no âmbito da conceder diárias; localizar e SFA/MAPA, em consonância com a Chefia da unidade administrativa envolvida, comunicando imediatamente aos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA; conceder aposentadoria, pensão e licença especial; fazer publicar decisão administrativa transitada em julgado, decorrente de processo de auto de infração; receber e encaminhar ao órgão específico singular ou setorial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento documentos e processos relacionados à agropecuária e à agroindústria, bem como demais matérias de competência; elaborar e apresentar: a) Relatório de Gestão da Superintendência Federal de Agricultura; e b) relatório de desempenho operacional, no prazo determinado pela autoridade superior; praticar os atos administrativos relacionados às atividades de competência da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante portaria, instrução, ordem de serviço e demais atos inerentes, observada a instância de atuação e competências normativas dos órgãos específicos, singulares e setoriais do MAPA; instaurar procedimentos administrativos disciplinares no âmbito de sua jurisdição, na forma da legislação vigente; designar e dispensar servidores para as funções gratificadas, observadas suas instâncias de competência; e ouvidas as áreas técnicas indicar servidores para os cargos em comissão, observadas suas instâncias de competência, para serem nomeados pelo Ministro de Estado.

SePA – Seção de Planejamento e Acompanhamento – Responsável – Domício Campos Oliveira.

Compete à esta Seção: promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA; promover o processo de gestão operacional, com relação a internalização do Plano Plurianual; elaborar relatórios, periódicos e anuais, referentes à programação e ao monitoramento das execuções das ações, inclusive nos aspectos físico-orçamentário e financeiro; apoiar a realização dos levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário; acompanhar auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas às programações físico-financeiras e consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação -

Compete: promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, quanto a apoiar o titular da SFA/MAPA nas atividades de agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional; e relacionamento com imprensa e promoção institucional; promover atividades de comunicação visual; auxiliar na divulgação de notícias e informações, bem como distribuir publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio; providenciar a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

DDA – Divisão de Defesa Agropecuária – Responsável – FFA Ângelo José de Oliveira

Compete: coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de: a) vigilância zoossanitária e fitossanitária; b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais; c) fiscalização do trânsito internacional de animais vivos, de vegetais e partes de vegetais, de produtos de origem animal e vegetal, de insumos agropecuários



e de materiais biológicos de uso na agropecuária; d) educação sanitária para defesa agropecuária; e) fiscalização da produção, importação, exportação e comercialização de corretivos, fertilizantes, inoculantes e biofertilizantes, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de sementes e mudas, de produtos de uso veterinário, de alimentos para animais, de sêmen animal e de embriões de animais, bem como dos respectivos estabelecimentos produtores, fabricantes, fracionadores, processadores, manipuladores ou beneficiadores; fiscalização f) estabelecimentos rurais em que tenham sido constatadas violações ao uso de produtos e ou substâncias controladas e monitoradas, em produtos de origem animal ou vegetal; g) fiscalização e controle da classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico; h) fiscalização de produtos e atividades com organismos geneticamente modificados de uso na agricultura e pecuária; i) controle das execuções dos convênios, ajustes, acordos e contratos relativos à defesa agropecuária e das auditorias técnicofiscais e operacionais realizadas; j) cadastro, registro e certificação dos produtos relacionados à defesa agropecuária e dos estabelecimentos que os fabricam, processam, fracionam, manipulam ou importam; k) habilitação de profissionais sem vínculo com a administração pública federal para a emissão de certificados sanitários e fitossanitários; implementar a operacionalização de ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários; manter articulações com órgãos públicos que exercem atividades de defesa agropecuária, respeitada a subordinação hierárquico administrativa; participar da elaboração de indicadores de desempenho institucional e operacional; programar e promover auditorias técnicas e operacionais das atividades desempenhadas pelas unidades administrativas hierarquicamente subordinadas; coordenar e acompanhar os detalhamentos e execuções dos Planos Operativos Anuais; planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de interesse da defesa agropecuária. Vinculado hierarquicamente ao Superintendente.

SISA - Serviço de Inspeção e Saúde Animal – Responsável – FFA Alfério.

Compete: Programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem animal e de saúde animal, sendo: a) vigilância sanitária e epidemiológica; b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais; c) emissão de certificado sanitário internacional para a exportação de animais vivos, material genético de animais, produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo país importador; d) autorização de importação para animais vivos e de material genético de animais, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA; e) anuência de importação de produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA; f) aplicação de medidas de defesa sanitária animal, com vistas a evitar disseminação de doenças; g) educação sanitária; h) auditorias técnico-fiscal e operacional de campanhas sanitárias; i) cadastro, habilitação e capacitação de médicos veterinários sem vínculo com a administração pública, para a execução de atividades de saúde animal; j) inquéritos epidemiológicos; e k) rastreabilidade animal; orientar e acompanhar: a) aplicação das normas sanitárias que



disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais; b) realização de exames laboratoriais, tratamentos e vacinações, para fins de expedição dos certificados sanitários internacionais de origem, na exportação de animais vivos, de sêmen animal, de embriões de animais e de ovos férteis de aves; c) emissão de certificados sanitários para exportação de animais vivos e produtos de origem animal, na forma da legislação; e d) bem-estar animal, quanto aos aspectos de saúde e no transporte por qualquer meio; coletar, processar e manter os dados do sistema de informações sanitárias e epidemiológicas; orientar, acompanhar, controlar e proceder a supervisões das atividades de defesa sanitária animal

executadas pelos médicos veterinários particulares, previamente habilitados; orientar, controlar e auditar execuções de convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parceria voltados à defesa sanitária animal, emitindo parecer técnico sobre o trabalho realizado; acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência; elaborar plano operativo anual das ações de defesa sanitária, conforme orientação técnica do Departamento de Saúde Animal, da SDA/MAPA; gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades; além da inspeção ante-mortem e post-mortem de animais de açougue; inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que procedem ao abate de animais de açougue e que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, destinados ao comércio interestadual e fiscalização da classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e internacional; derivados de origem animal, bem como da tipificação de carcaças; inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal, inclusive resíduos de valor econômico, destinados ao comércio interestadual e internacional; reinspeção e fiscalização de produtos de origem animal no comércio varejista e atacadista, quando couber; apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes; e elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao DDA/SFA/RO.

SISV - Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – Responsável – FFA José Ubiraci de Freitas.

Compete - Programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal e de sanidade vegetal, sendo: a) vigilância fitossanitária; b) prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais; c) aplicação das medidas de defesa fitossanitária, com vistas a evitar a disseminação de pragas dos vegetais; d) educação fitossanitária; e) fiscalização das atividades relacionadas aos organismos geneticamente modificados, em articulação com o SEFIA, SIFISV e SEFAG/DDA; f) acompanhamento das atividades e realização de auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas com centros colaboradores e estações quarentenárias; orientar e acompanhar: a) a aplicação das normas sanitárias que disciplinam: 1. importação e exportação de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal e de suas embalagens; e 2. fiscalização do trânsito interestadual e internacional de vegetais, partes de vegetais e de produtos e subprodutos



de origem vegetal, quando da ocorrência de pragas na região de origem; b) articulação para a instalação de barreiras fitossanitárias, assim como, definir as rotas para o trânsito interestadual por produto; c) emissão de certificados específicos e permissões de trânsito; d) análise e instrução de processo de credenciamento de: profissional, sem vínculo com a administração pública, para a execução de atividades fitossanitárias, bem como proceder ao específico cadastramento; e centro colaborador e estação quarentenária; e) cadastro, habilitação e capacitação de profissionais específicos, sem vínculo com a administração pública, para execução de atividades de sanidade vegetal; f) atividades de defesa fitossanitária executadas pelos profissionais credenciados, e g) apoio técnico para estabelecimento de áreas e locais livres de pragas, áreas de baixa prevalência de pragas e sistemas de medidas integradas de manejo de risco de pragas; orientar, acompanhar, controlar e auditar a execução de: a) acordos bilaterais referentes aos programas de exportação; e b) convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parcerias voltados à defesa sanitária vegetal; cadastrar, registrar e fiscalizar propriedades rurais e empresas exportadoras que tenham aderido aos programas de exportação chancelados pelo MAPA; promover a execução de campanha fitossanitária; acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às suas atividades; elaborar plano operativo anual das ações de sanidade vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Sanidade Vegetal, da SDA/MAPA; gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal; programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de: a) fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal; b) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho para o mercado nacional; c) coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes; d) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de orientar, acompanhar e auditar: a) atividades de inspeção e fiscalização de contaminantes: vinhos, de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, de competência estadual outorgada pela legislação específica; e b) acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção de produtos e derivados de origem vegetal e da classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico; emitir pareceres e proceder aos registros de: a) vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos; b) produtos, subprodutos, matérias-primas, derivados e resíduos de valor econômico de origem vegetal; c) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, embaladores, processadores, importadores e exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origem vegetal; e d) pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas na classificação vegetal; colher amostras de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de produtos vegetais, subprodutos, derivados, matérias primas, resíduos e materiais de



valor econômico de origem vegetal para fins de análise fiscal e de controle de resíduos e contaminantes; opinar, emitindo pareceres, sobre pedidos de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para execução de atividades da classificação de produtos de origem vegetal; subsidiar levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de classificadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico; instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; acompanhar, orientar e realizar supervisões e auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal desempenhadas junto aos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, bem como embalam, processam, industrializam, importam, exportam ou classificam produtos, matérias-primas, derivados e subprodutos de origem vegetal; acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades da inspeção sanitária de produtos de origem vegetal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência; elaborar plano operativo anual das ações de inspeção de produtos de origem vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, da SDA/MAPA; gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de atividades de competência; subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao DDA/SFA/RO.

SEFAG - Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - Responsável - FFA Rivaldo Elias Koury Goes.

Compete: programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de fiscalização de insumos pecuários e de fiscalização de insumos agrícolas, relativos à produção, importação e exportação de produtos de uso veterinário; à produção, importação e exportação de produtos destinados à alimentação animal; à produção, comércio, importação e exportação de material genético animal; à prestação de serviços de reprodução animal e de inseminação artificial; emitir pareceres para registros de: a) estabelecimentos fabricantes, fracionadores, processadores, importadores e exportadores de produtos de uso veterinário, de produtos destinados à alimentação animal, e de material genético animal, bem como realizar os respectivos registros e renovações de licenças quando couber; b) produtos de uso veterinário, de produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal, bem como realizar os respectivos registros e renovações das licenças, quando couber; proceder à investigação em estabelecimentos rurais que cometem violações ao uso de drogas e substâncias controladas e monitoradas em produtos de origem animal; instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; coletar, processar e manter as informações relativas às atividades de fiscalização de produtos de uso veterinário, de produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal; analisar pedidos e autorizar as importações e exportações de produtos de uso veterinário, produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal, quando couber; expedir Declaração de Conformidade para exportação de produtos destinados à alimentação animal, com vistas à emissão de certificado sanitário internacional ou certificado fitossanitário pelo SVA/DDA, consoante os requisitos estabelecidos pelo país



importador; expedir Declaração de Livre Venda para exportação de produtos destinados à alimentação animal, consoante os requisitos estabelecidos pelo país importador; elaborar plano operativo anual de fiscalização de insumos pecuários, conforme orientação técnica da SDA/MAPA; gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas; acompanhar e realizar auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário, produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal; acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização de insumos pecuários desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência; apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência; além de programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos agrícolas, relativas à: a) produção, importação e exportação de agrotóxicos e afins; b) produção, comercialização, importação e exportação de fertilizantes, corretivos e inoculantes e biofertilizantes; c) produção, certificação, comercialização, utilização, importação e exportação de sementes e mudas; e d) pesquisa, produção, utilização, comercialização e importação de organismo geneticamente modificado, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/MAPA; inscrever, no Registro Nacional de Sementes e Mudas RENASEM, as pessoas físicas e jurídicas que exercem as atividades de produção, beneficiamento, reembalagem, armazenamento e comércio de sementes e mudas; credenciar, junto ao RENASEM, as pessoas físicas e jurídicas para exercerem as atividades de responsável técnico, entidade de certificação de sementes e mudas, certificador de sementes ou mudas de produção própria, laboratório de análise de sementes e mudas e de amostrador de sementes e mudas; emitir pareceres e proceder aos registros de: estabelecimentos produtores, comerciantes, importadores e exportadores de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes; b) produtos fertilizantes, corretivos e inoculantes; cadastrar empresas fornecedoras de matérias-primas para a fabricação de produtos e as prestadoras de serviços de acondicionamento, armazenamento e de análises laboratoriais de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes; autorizar as importações e exportações de insumos agrícolas quando couber; instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; acompanhar, orientar e realizar auditorias técnicas e operacionais das atividades de fiscalização de insumos agrícolas desempenhadas junto aos: a) estabelecimentos que produzem, importam e exportam agrotóxicos e afins; b) estabelecimentos que produzem, comercializam, importam e exportam fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes e aos prestadores de serviços de acondicionamento e armazenamento desses produtos; e c) pessoas físicas e jurídicas que produzem, beneficiam, certificam, embalam, armazenam e comercializam sementes e mudas; coletar, processar e manter os dados quantitativos ou qualitativos dos sistemas de informações relativos às atividades de fiscalização; elaborar plano operativo anual de fiscalização de insumos agrícolas, conforme orientação técnica da SDA/MAPA; gerenciar as programações orçamentárias gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas; acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização de insumos pecuários desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais



de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência; apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às respectivas competências; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão Anual da SFA/MAPA. Vinculado hierarquicamente ao DDA/SFA/RO.

UVAGRO - Unidade de Vigilância Agropecuária – Existem duas Uvagros em Rondônia, localizadas em Porto Velho, no Aeroporto Internacional Jorge Teixeira de Oliveira, cujo responsável é o FFA Gilberto Carvalho de Castro e em Guajará Mirim, cujo responsável é o FFA Luis Fernando Mena Diehl. Estas unidades são subordinadas a DDA/SFA/RO.

Compete: executar as atividades de fiscalização agropecuária, procedendo: a) realização de exames de animais vivos e de vegetais e partes de vegetais, na importação e na exportação; b) inspeção de produtos de origem animal e de origem vegetal, de sêmen animal, de embriões de animais, de produtos para alimentação animal, de produtos de uso veterinário, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de fertilizantes, de corretivos, de inoculantes, de sementes e mudas e de vinhos e bebidas em geral, na importação e na exportação; c) inspeção de forragens, boxes, caixas e materiais de acondicionamento e embalagens na importação dos produtos referidos anteriormente; examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças animais ou de pragas vegetais, que constituem ameaça à agropecuária nacional; aplicar medidas de: a) desinfecção e desinfestação em animais e vegetais e partes de vegetais, de seus produtos e derivados de origens animal e vegetal, além de materiais de acondicionamento, embalagens e veículos, quando se fizer necessário; e b) apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados, além de materiais de acondicionamento e embalagens, quando passíveis de veicular agentes de doenças e de pragas que constituem ameaça à agropecuária nacional; expedir certificados sanitários e fitossanitários, para a exportação de animais vivos, vegetais, partes de vegetais, produtos e derivados de origens animal e vegetal e de materiais de multiplicação vegetal e animal, quando previamente autorizados; coletar amostras de produtos de origem animal e vegetal para análise laboratorial, para fins de desembaraço aduaneiro e liberação para entrada no País; análise e providências específicas para o licenciamento de importação e de exportação; propor quarentena agropecuária, na forma definida; realizar fiscalização de produtos e insumos agropecuários importados; elaborar relatórios específicos e das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal; e providenciar execução de atividades de apoio administrativo requeridas para o desempenho operacional da Unidade Descentralizada, consoante orientações da Divisão de Apoio Administrativo ou do Serviço de Apoio Administrativo, da SFA/MAPA. Vinculado hierarquicamente ao DDA/SFA/RO.

UTRA - Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Em Rondônia existem duas UTRAs, ainda não oficializadas e quatro Escritórios Regionais. Essas Unidades estão subordinadas a DDA/SFA/RO. Os Chefes dessas Unidades são todos Fiscais Federais Agropecuários.



Compete: executar as atividades de defesa agropecuária, no âmbito da respectiva jurisdição, em cumprimento às instruções técnico-normativas oriundas da Secretaria de Defesa Agropecuária, sob coordenação, orientação e programação específicas da Divisão de Defesa Agropecuária; executar as atividades de desenvolvimento agropecuário, no âmbito da respectiva jurisdição, em cumprimento às instruções técnico-normativas oriundas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, sob coordenação, orientação e programação específicas da Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário; executar as atividades de administração geral no âmbito da respectiva jurisdição, em cumprimento às instruções oriundas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, da Secretaria Executiva e sob a coordenação da Divisão de Apoio Administrativo ou do Serviço de Apoio Administrativo, especificamente de: a) controle de freqüência e férias de servidores; b) encaminhamento de documentos necessários aos registros funcionais; c) administração de material e patrimônio; d) transporte; e) comunicações administrativas; f) vigilância, zeladoria e demais atividades auxiliares; e elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da SFA/MAPA.

Vinculado hierarquicamente ao DDA/SFA/RO.

DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – Responsável – Sebastião Ferreira Farias.

Compete: promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial: a) inovação e uso da propriedade intelectual no agronegócio, especialmente em: 1. indicação geográfica de produtos de origem agropecuária; e 2. marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio;

b) proteção de cultivares; c) intercâmbio, conservação e uso sustentável de recursos genéticos; d) agroecologia e sistemas orgânicos de produção agropecuária; e) sistemas agropecuários de produção integrada; f) proteção, manejo e conservação do solo e da água; g) cooperativismo e associativismo rural; h) assistência técnica, extensão rural e iniciativas ou processos inovadores de transferência de tecnologia; i) infraestrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuária; j) fomento agropecuário sustentável, inclusive da heveicultura; k) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização; agricultura irrigada; m) recuperação de áreas de agricultura e de pastagens degradadas; n) preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais; o) boas práticas agropecuárias, bem-estar animal e manejo zootécnico; p) sistemas de integração de lavoura, pecuária e floresta; q) apoio às iniciativas, projetos e ações voltadas ao fomento da agricultura de precisão e da biotecnologia agropecuária; r) florestas plantadas; s) exposições, leilões, feiras agropecuárias; e t) agricultura de precisão; orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas; orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com: a) registro genealógico, incluindo provas zootécnicas e avaliações genéticas; b) competições e demais atividades turfísticas e hípicas; c)



credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade - OAC; d) cadastramento de Organismos de Controle Social - OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação; e) atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG; f) dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica; g) mecanização e aviação agrícola; estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de: a) cooperativas e instituições associativas rurais; b) cadeias produtivas do agronegócio;

c) empresas e produtores de sementes e mudas; d) empresas, organizações e iniciativas voltadas à assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia, inclusive o credenciamento de profissionais, autônomos ou não; e) empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários; e f) certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária; promover, em articulação com as cadeias produtivas, propostas de alterações de padrões e especificações de produtos agropecuários; executar, bem como orientar, acompanhar e fiscalizar a execução quando for o caso, das atividades de: a) implementação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica e do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica;e b) desenvolvimento dos sistemas orgânicos de produção agropecuária; implementar e coordenar a Comissão da Produção Orgânica, na Unidade da Federação; implementar, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas às políticas de crédito e investimentos públicos e à produção e comercialização agropecuária, especialmente voltadas para: a) cafés, inclusive gestão dos armazéns e estoques sob guarda do MAPA; b) cana-de-açúcar, açúcar, álcool e demais produtos da agroenergia; c) monitoramento das informações de produção, comercialização e estoques de açúcar e etanol, para subsidiar as respectivas políticas; d) crédito rural; e) zoneamento agropecuário, e seguro rural, inclusive o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária -PROAGRO; f) estoques públicos; g) segurança alimentar; e h) promoção do agronegócio brasileiro com vistas à divulgação internacional; promover levantamentos, prognósticos,

Unidade da Federação, visando apoiar as ações do desenvolvimento agropecuário; participar das comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e da água, bem como de sementes e mudas; instruir processos administrativos decorrentes de infração aos dispositivos legais; elaborar Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário, conforme diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo e orientações técnicas da SDC/MAPA; executar, bem como orientar e acompanhar a execução, quando for o caso, em articulação com as cadeias produtivas e conforme diretrizes específicas, atividades de promoção do agronegócio brasileiro com vistas à divulgação internacional; gerenciar as programações orçamentárias e as execuções físicas das ações específicas; promover e propor a organização, bem como coordenar, apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões regionais, estaduais e municipais relacionados às atividades de competência; consolidar dados específicos e emitir relatórios das atividades de política, produção e desenvolvimento agropecuários desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal; planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no que diz respeito às atividades de competência; e propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento ou Seção de Planejamento e Acompanhamento, indicadores de desempenho operacional da produção, política e desenvolvimento agropecuários.

diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na



Executar as atividades de fiscalização em empresas da agroindústria canavieira e da agroenergia, produtoras de açúcar e biocombustíveis, para obter informações de produção e comercialização quando demandadas pela Secretaria de Produção e Agroenergia. Vinculado hierarquicamente ao Superintendente.

SeSAG - Seção de Suporte Agropecuário.

Compete - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário; prestar apoio ao Chefe de Divisão no que concerne às suas competências referidas no artigo anterior e especificamente em:

a) elaborar o Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário; b) promover e organizar os fóruns consultivos às cadeias de produção; e c) planejar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Vinculado hierarquicamente ao DPDAG/SFA/RO.

SAD - Serviço de Apoio Administrativo – Responsável – Antonio Vagne da Silva Costa.

Compete: coordenar a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, consoante orientações dos órgãos setoriais; orientar e acompanhar: a) procedimentos licitatórios; b) preparação e formatação de contrato, ajuste e demais instrumentos de parcerias; c) alienação de bens móveis; d) execução físico-financeira de convênio, ajuste, contrato, e demais instrumentos de pareceria, emitindo parecer técnico; e e) atividade-meio e de execução orçamentária e financeira, junto às Unidades de Execução Finalística integrantes da SFA/MAPA; propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento ou a Seção de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da área administrativa; programar e promover auditorias das atividades exercidas pelas unidades administrativas hierarquicamente subordinadas ou sob orientação; coordenar os apoios operacionais e administrativos à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao Pregoeiro no âmbito da SFA/MAPA, especialmente de: a) providências para publicação de avisos de licitações e de outros eventos previstos em lei; b) realização de pesquisas de preços e composição dos respectivos mapas comparativos; c) elaboração de minuta de edital de licitação ou equivalente;e d) prestação de informações às empresas licitantes sobre andamento de processos; elaborar atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços; acompanhar: a) cadastramento e atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF; b) compra; e c) formalização, acompanhamento e controle de contratos, convênios ajustes e demais instrumentos de parceria, inclusive das programações físico-financeiras; manter os catálogos e as especificações técnicas dos materiais de consumo e permanente, bem como dos serviços prestados; promover coleta, processamento e manutenção dos dados dos sistemas de informações administrativas e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; prestar apoio administrativo requerido pela participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais; e elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao Superintendente.



SEOF - Seção de Execução Orçamentária e Financeira - Responsável -

Compete: processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados à Superintendência Federal; efetuar pagamentos de suprimentos de fundos e demais despesas, mediante prévia autorização do Superintendente Federal ou Superintendente e controlar a respectiva prestação de contas; executar inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema SIAFI; manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria; analisar e emitir parecer sobre a execução financeira, processamento contábil e prestação de contas correspondentes aos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias; coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; verificar e registrar a conformidade de gestão: instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAD.

SGP - Seção de Gestão de Pessoas - Responsável - Francisco das Chagas de Almeida.

Compete - promover aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos e dos empregados lotados na SFA/MAPA; orientar a execução das atividades de: a) registros funcionais; b) preparo de pagamento de pessoal;

c) concessões de: 1. férias, licenças e aposentadorias; 2. benefícios sociais e assistenciais; e 3. exames médicos periódicos. providenciar a realização de perícia médica; controlar as atividades dos estagiários; identificar as necessidades de desenvolvimento de competências e de realização de programações e projetos de educação continuada, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/MAPA, cadastrar e manter atualizados os dados e informações sobre agentes de desenvolvimento de pessoas, consultores, educadores e empresas especializadas; providenciar inscrição e analisar os processos de participação de servidores em cursos externos e em outros eventos similares; prover apoio técnico e operacional na execução do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas; coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAD.

SAG - Seção de Atividades Gerais – Responsável – Carlos Ribeiro de Oliveira.

Compete: promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância; coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas; programar as aquisições de materiais e as contratações de serviços; promover: a) operação do sistema informatizado de protocolo referente à documentação corrente; b) ações relacionadas à funcionalidade do Sistema - SIGID; administrar o arquivo central, mantendo as condições de guarda e conservação dos documentos, inclusive procedendo a controle e descarte do acervo documental; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e elaborar relatórios das atividades



desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAD.

NMAP - Núcleo de Manutenção Predial - Responsável - Ernesto Lopes Pinheiro Sinos.

Compete: acompanhar e controlar a execução de serviço prestado para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens imóveis; promover e orientar mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; vistoriar as condições de: a) infraestrutura física dos bens imóveis e manter atualizados os registros cadastrais; e b) instalações elétricas e hidráulicas dos edifícios; instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente; realizar ações preventivas para garantir a segurança das condições de uso dos bens imóveis; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAG/SAD.

SCC - Setor de Compras e Contratos - Carlos Ribeiro de Oliveira.

Compete: promover: a) apoio operacional e administrativo à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao pregoeiro da SFA; b) providências requeridas para a formalização de compra ou de contrato de prestação de serviço e de execução de obra; receber, conferir, classificar e registrar os pedidos de aquisições de materiais, prestações de serviços e execuções de obras; controlar: a) prazos estabelecidos para entrega de materiais e execução de serviços, bem como informar sobre aplicação de penalidades e multas devidas; b) recebimento e guarda dos documentos de garantia, fornecidos pelos contratados; e c) estudos de viabilidade de prorrogações de prazos de entrega de material e de execução de serviço e obra; operar o Sistema Integrado de Registro de Precos, no que se refere ao processamento dos registros referentes às compras e contratações; fornecer subsídios para a elaboração de atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços; cadastrar e implementar atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores -SICAF; manter os catálogos e as especificações técnicas dos materiais e da prestação de serviços; propor: a) aplicação de penalidades em casos de inadimplência e de descumprimento de obrigações contratuais; b) designações e substituições de servidores para o exercício do encargo de fiscal de contrato, prestando informações pertinentes; receber, analisar e instruir processos para repactuações, reequilíbrios econômico-financeiros e reajustes de preços de serviços, bem como para demais alterações contratuais; acompanhar os prazos de vigência dos contratos e de Atas de Registro de Preços, analisando as condições técnico-administrativas das execuções, face à viabilidade legal de prorrogação; elaborar minutas de editais e de instrumentos contratuais ou congêneres; solicitar as documentações indicadas para efetivação das contratações, bem como providenciar assinatura dos termos contratuais; providenciar divulgação e publicação de termo contratual e demais ações consequentes; manter registros dos contratos firmados e gerar cronogramas no SIASG; elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAG/SAD.



SMP - Setor de Material e Patrimônio – Responsável – Tânia Mara Coelho Costa.

Compete: controlar a entrega e manter a guarda de material adquirido; classificar, registrar e controlar bens de consumo, elaborando demonstrativo contábil; proceder à redistribuição de bens de consumo; manter: a) documentação relativa ao almoxarifado da Superintendência Federal, organizada e atualizada; b) registros, bem como guarda dos materiais de consumo e permanente e promoção da conservação devida; coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; classificar, registrar e cadastrar bem patrimonial, elaborando demonstrativo contábil, bem como controlar a distribuição; proceder a mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; manter organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis da Superintendência Federal; executar os procedimentos de alienação de bens móveis; providenciar legalização e manter atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis jurisdicionados à Superintendência Federal, junto aos órgãos competentes; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAG/SAD.

NPR – **Núcleo de Protocolo** – Responsável – Sérgia Ferreira Lima.

Compete: receber, distribuir e expedir a documentação corrente; classificar, numerar, registrar e autuar as documentações recebidas e expedidas, com lançamento no Sistema SIGID; sistematizar, recuperar e prestar informações relativas ao trâmite documental; receber e expedir malotes; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAG/SAD.

NTR – Núcleo de Transporte - Responsável – Francisco Vitaliano Soares.

Compete: manter sistema de controle de acompanhamento da utilização dos veículos; orientar os usuários dos veículos quanto aos aspectos da utilização e da direção defensiva dos veículos; promover recuperação, manutenção e revisão dos veículos; levantar e analisar custos de manutenção e conservação dos veículos, bem como do consumo de combustíveis; acompanhar, em consonância com o fiscal de contrato, a execução do contrato de prestação de serviços, relacionados aos veículos; detalhar o Plano Anual de Aquisição de Veículos PAAV, bem como a proposta de alienações dos veículos inservíveis ou antieconômicos; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; e elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAG/SAD.



1.4 - Órgãos responsáveis pelos Macroprocessos

Macroprocessos	Órgão Responsável
15. Cooperativismo e Associativismo Rural	Secretaria de Desenvolvimento
	Agropecuário e Cooperativismo
16. Defesa Agropecuária	Secretaria de Defesa Agropecuária
17. Desenvolvimento Agropecuário	Secretaria de Desenvolvimento
	Agropecuário e Cooperativismo
18. Execução do Plano da Lavoura Cacaueira	Comissão Executiva do Plano da Lavoura
	Cacaueira
19. Meteorologia e Climatologia	Instituto de Meteorologia
20. Política Agrícola	Secretaria de Política Agrícola
21. Política de Agroenergia	Secretaria de Produção e Agroenergia
22. Política Cafeeira	Secretaria de Produção e Agroenergia
23. Relações Internacionais para o Agronegócio	Secretaria de Relações Internacionais do
	Agronegócio

1.5 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS:

Os macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, conforme figura a seguir.





(1) Gestão Institucional - Planejamento Estratégico, Planejamento Setorial, Orçamento e Finanças e Execução Orçamentária e Financeira.

Legenda:			
SE – Secretaria-Executiva	SPA – Secretaria de Política Agrícola		
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica	SPAE – Secretaria de Produção e Agroenergia		
GM – Gabinete do Ministro	SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio		
CONJUR – Consultoria Jurídica	INMET – Instituto Nacional de Meteorologia		
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária	CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			

Como a Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecidas no artigo 27 da Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, de organização da Presidência da Republica e dos Ministérios e no aspecto que se deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do Mapa, definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal - SIORG, instituído pelo Decreto Nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, assim a condução dos macroprocessos se deu com o cumprimento das competências institucionais, cujos resultados/produtos estão consubstanciados no presente Relatório de Gestão na parte dos objetivos/metas e nos produtos das ações orçamentárias, de cada unidade responsável pelos macroprocessos.

1.6 - MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção do processo de definições e registro, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos. Mote, inclusive, que inspirou a representa da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

1.6.1 – Macroprocesso de Governança

Gestão Institucional

1.6.2 – Macroprocesso de Administração Interna

- Administração de Pessoal
- Assessoramento Jurídico
- Articulação Institucional
- Articulação Política
- Comunicação Institucional



- Contabilidade Pública
- Documentação e Informação Agropecuária
- Desenvolvimento Organizacional e Inovação
- Desenvolvimento de Pessoas
- Interação com a Sociedade e Servidores
- Logística e Serviços Gerais
- Procedimentos Disciplinares
- Tecnologia da Informação



2 - GESTÃO OPERACIONAL

2.1 - Desempenho Operacional da SFA/RO

Em 2013, as ações desenvolvidas pela SFA/RO no âmbito dos serviços da área finalística: DPDAG e DDA são as divisões técnicas que corresponderam a 02 Programas finalisticos existindo ainda 01 programa administrativo, totalizando 03 programas Temáticos e 21 ações do PPA 2012 – 2015.

2.1.1 - Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais – RO.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia – SFA – RO, órgão descentralizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA tem suas atribuições definidas pela Portaria de no. 428, de 09/06/2010. Desenvolve suas atividades de defesa sanitária agropecuária, de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, cooperativismo e ao associativismo rural, abrangendo todo o estado de Rondônia.

Em 2011 a SFA/RO recebeu recursos para executar as suas atividades, porém, em função de contingenciamento, estes foram reduzidos, mas sem comprometer de forma grave a execução das ações desenvolvidas pelos diversos setores. Com relação aos recursos do convênio entre o MAPA e a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia – IDARON, especificamente da área animal, foi descentralizado financeiramente, podendo ser, desta forma, repassado àquele órgão para as ações de combate a febre aftosa no Estado de Rondônia.

O que reduziu, apesar dos esforços da equipe dirigente, a execução das ações programadas foi a falta de Fiscais Federais Agropecuários nas diversas áreas de atuação, o que só deverá ser normalizado quando da realização pelo órgão central de concurso público.

A carência de mão-de-obra, tanto administrativa quanto especializada, ou técnica, provocou em 2011 sérios problemas de execução de atividades na Superintendência, uma vez que setores ficaram restritos a um ou dois servidores para funcionarem, quando o ideal seria, no mínimo, cinco ou seis servidores, havendo, inclusive, a necessidade de se trazer servidores dos Escritórios Regionais do interior do estado para auxiliarem nas ações, principalmente na área administrativa e financeira.

Visando cumprir o que havia sido programado, houve um esforço na realização de ações regulares de fiscalização e supervisão nas áreas de atuação da SFA/RO, como inspeção de carne e leite e seus derivados, sementes e mudas, produção e comercialização de alimentos para animais, medicamentos de uso veterinário e fertilizantes e corretivos e supervisão de repasse de recursos, entre outras.

2.2 Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

2.2.1. Antecedentes:

Nos últimos 100 (cem) anos o mundo passou por grandes transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que impactaram profundamente a população mundial e sua distribuição, assim como os hábitos, valores e crenças das pessoas em geral e os alimentares mais especificamente. Tais modificações trouxeram grandes desafios para o agronegócio



mundial e para a agricultura brasileira, que soube se adaptar, passando a ofertar produtos diversos e em grandes quantidades para atender às demandas mundiais. A velocidade e a freqüência das mudanças sociais intensificaram-se fazendo com que o agronegócio brasileiro e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA buscassem soluções abrangentes para se alinhar aos novos cenários brasileiros e mundiais. Assim, o MAPA iniciou em 2004 amplo diálogo com o setor agrícola, visando gerar soluções democráticas e consensuadas culminando com a criação de várias Câmaras Setoriais e por outro lado era preciso adequar a organização às mudanças do ambiente externo. Então o MAPA iniciou uma reestruturação organizacional, resultado de amplo processo de consulta interna e externa, envolvendo lideranças do Ministério e segmentos significativos do agronegócio, como também realizou diagnóstico de auto-avaliação, baseado no modelo de excelência em Gestão Publica – GESPÚBLICA.

2.2.2. Processo de Gestão Estratégica do MAPA:

Como consequência desse processo, evidenciou-se a necessidade de promover o aperfeiçoamento da gestão operacional propriamente dita e se buscar a implantação de um processo de gestão estratégica, visando garantir que o MAPA estivesse olhando para o futuro e se estruturasse para dar respostas às demandas de curto, médio e longo prazo dos diversos públicos de interesse e da sociedade em geral.

O Ministério iniciou a construção e implementação da gestão estratégica no final de 2005, na gestão do Ministro Roberto Rodrigues, de forma participativa e com a presença efetiva do ministro anterior, justamente com a alta administração do Ministério e representação por região das SFAs, na construção do Mapa Estratégico do MAPA, fundamentado no "Balanced Score Card-BSC", com foco na missão institucional para alcance da visão de futuro, préestabelecida para 2015.

Visando consolidar a estratégia, o MAPA alinhou o PPA 2008-2011 com as suas estratégias, tanto no que se refere aos objetivos setoriais do PPA do MAPA como também as 23 Iniciativas Estratégicas, de modo a garantir sua execução até pelo menos 2011.

2.2.3. Desdobramento da Gestão Estratégica do MAPA na SFA-RO:

A partir de 2008 iniciou-se o desdobramento das estratégias nas SFAs/MAPA, primeiro nas dez maiores e somente em 2009 nas demais Unidades, por meio da capacitação de pessoas nessas Superintendências Federais para avaliação da gestão, de forma estratégica, numa primeira fase, vindo em seguida a avaliação dos Resultados Estratégicos.

Na SFA-RO/MAPA, foi instituída a Comissão ou Comitê de Gestão Estratégica, instância essencial que se responsabilizaria pela implementação do Processo de Gestão Estratégica do MAPA na Superintendência. Há que lembrar que dos 23 Objetivos Estratégicos que constituem o Mapa Estratégico do MAPA, apenas 15 deles são pertinentes às SFAs/MAPA, onde desses, apenas 10 são identificados com a SFA-RO/MAPA

A ação estratégica prática que mantém a Unidade informada e integrada às demais coirmãs do MAPA, bem como o assunto atualizado no âmbito das áreas técnicas/administrativas da instituição, em 2011 é resultante do trabalho integrado dos demais servidores com o Interlocutor



de Gestão Estratégica, personagem criado pela Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA, que gerencia o processo, para que faça a interlocução ou elo entre a SFA e a AGE nas temáticas relacionadas a nivelamento de informações e na execução do desdobramento das estratégias em cada unidade gestora.

Os resultados estratégicos estão alinhados com os programas de governo e respectivas ações trabalhadas pelos diversos serviços e setores das áreas técnica e administrativa da Superintendência e onde cada resultado estratégico é desdobrado em tarefas e sub-tarefas. Apresenta, ainda, os indicadores de desempenho do processo, da sub-tarefa em nível de atividade e é avaliado com base no status convencionado.

Em 2011, a SFA-RO/MAPA, realizou a primeira reunião preliminar de preparo a execução de sua RAE – Relatório de Análise Estratégica, que por dificuldades operacionais como reformas na Unidade e pelas carências e limitações de quantitativo de pessoal, ainda não foi possível se concluir a realização da primeira RAE da SFA-RO/MAPA, mas tudo e todos estão prontos para este momento.

Foram, também, treinados e capacitadas pessoas nas diversas áreas estratégicas da Unidade, bem como realizada e concluída a ª Pesquisa sobre Conhecimento Gerencial da Gestão Estratégica por Parte da Gerência Média do MAPA, com resultados satisfatórios. Da mesma forma foram treinadas e capacitadas pela instância competente da SFA-RO/MAPA, pessoas por meio do processo do Mapa de Aprendizagem, para que melhor entendam e possam localizar-se no âmbito do processo de Gestão Estratégica do MAPA.

2.3 - OBJETIVOS E PRIORIDADES DEFINIDAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Dentre os objetivos da representação do Ministério da: Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA em Rondônia – SFA/RO, tem – se que o do Serviço de Fiscalização dos Insumos Agropecuários é executar as atividades de credenciamento e fiscalização dos estabelecimentos que produzem e comercializam, importam e exportam produtos e insumos agropecuários como sementes, mudas, fertilizantes, corretivos, inoculantes, agrotóxicos, material genético animal, produtos veterinários, sal mineral e alimentos para animais. Todas estas atividades têm como objetivo fazer com que o consumidor final adquira produtos e serviços com segurança e qualidade.

A prioridade neste ano é para a exportação de carne no Estado de Rondônia, para isto estamos ampliando as fiscalizações nos frigoríficos, que já estão aptos tecnicamente a exportar carne para qualquer nação, para isto mantém-se parcerias com órgão do governo estadual e recebemos incentivos nas fiscalizações dos nossos rebanhos. Estas atividades são executadas pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal, que, também, é o responsável pela fiscalização da indústria de lácteos, mel e derivados, aves e suínos, sempre procurando fazer com que os alimentos que sejam ofertados aos consumidores sejam de qualidade.

Também desejamos elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

A competitividade no setor de aves a nível internacional exige que o Brasil mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional, incluindo a disponibilidade de novas tecnologias.



Na área de defesa sanitária vegetal é realizada supervisão às ações desenvolvidas pelo Órgão de Defesa Vegetal, no tocante a produção, fiscalizações do trânsito de vegetais, suas partes e produtos, em postos fixos e volantes, bem como monitoramento de pragas dos vegetais, como a Mosca da Carambola. Além destas ações são realizadas fiscalizações nas indústrias e comércio de bebidas e de produtos de origem vegetal, como arroz, milho, feijão e café, principalmente, sendo realizada, neste último caso, a classificação destes produtos. È desenvolvida, também, a fiscalização de expurgo e fumigação em madeira e paletes de madeira que são exportados.

Uma ação importante para se evitar a entrada e disseminação de pragas dos vegetais e doenças dos animais em nosso estado e país e controlar a saída de produtos de origem agropecuária do país, é a vigilância agropecuária realizada na fronteira do estado e em Porto Velho.

No tocante a política e desenvolvimento agropecuário, a SFA/RO desenvolve ações nas áreas de agricultura orgânica, cadastro de empresas de leilão e de feiras e exposições agropecuárias, análise de projetos de emendas parlamentares, bem como realiza fiscalização em aviação agrícola.

Assim, nosso objetivo maior é oferecer segurança para a população dos produtos por nós fiscalizados, contribuindo para o crescimento do agronegócio estadual e brasileiro.

2.4 - PLANO ESTRATÉGICO DA SFA/RO

O Plano Estratégico visa apresentar de forma sintética, a **missão**, a **visão**, os valores organizacionais e estratégias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA no horizonte de 2006 a 2015 e seus principais componentes, atualizado com dados no ano de 2009. Composto de um conjunto de Objetivos Estratégicos que traduzem a estratégia do Ministério para atingir sua Visão de Futuro e pelos Indicadores de Desempenhos e Metas associadas aos Objetivos Estratégicos.

A Consecução desses objetivos é realizada por meio de um conjunto de Iniciativas Estratégicas (Projetos Estruturantes), que não substituem as atividades rotineiras, mas que garantem ao MAPA avançar em qualidade e velocidade, no desenvolvimento de seus trabalhos e se transforme numa organização mais ágil e com melhor qualidade dos produtos e serviços providos à sociedade brasileira.

Nos anos de 2011, 2012 e 2013, que prosseguirá em 2014, a Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia, iniciou e continua realizando um trabalho interno de esclarecimentos/sessão de treinamentos a todos os servidores sobre o Plano Estratégico, mostrando assim os *Desafios* que cada Servidor deverá seguir, definindo metas claras para cada área do MAPA.

Estes desafios estão divididos em 04 (quatro) etapas, são elas:

2.4.1 - PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO E PARCEIROS E PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE

Estão relacionadas aos processos internos, de pessoas, aprendizagem e crescimento, onde cada servidor realiza os objetivos e cumpre metas através de:

1. Foco: como o trabalho de cada servidor contribui para os resultados do Plano Estratégico;



- 2. **Ação**: relata a execução, o desempenho e a participação de cada servidor dentro do MAPA;
- 3. **Transformação**: transformar os objetivos e metas em resultados;
- 4. **Desafios:** identificar os desafios, expandir a competitividade dentro do MAPA,
- 5. Futuro: buscas de oportunidades dentro do MAPA e para o Agronegócio,
- 6. **Força**: manter o processo de continuidade das ações, fortalecendo cada vez mais a institucionalização do Plano Estratégico do MAPA,
- 7. **Gestão**: Conseguir transformar todos os trabalhos em resultados de excelência
- 8. **Sociedade**: Este é o maior desafio, não somente da Superintendência Federal de Agricultura em Goiás, mas também do MAPA, em atender as necessidade da população em geral, garantindo o acesso a alimentos seguros e saudáveis, gerar empregos, aumentar a renda, estimular a produção agropecuária, ..., enfim promover o desenvolvimento dos nossos compromissos com a sociedade.
- 9. **Agronegócio e Parceiros**: Alcançar a excelência na produção de informações estratégicas que fortaleçam o Agronegócio, aumentando a credibilidade do MAPA,
- 10. **Processos Internos**: Processos de trabalhos eficientes e eficazes para vencer nossos desafios; pois eles são a base estratégica da gestão do MAPA,
- 11. **Pessoas, Aprendizado e Conhecimento**: O desenvolvimento de competências, talentos fortalecem uma cultura de resultados (pessoas motivadas, boa comunicação e atuação), superando os desafios,
- 12. **Compromisso:** A conquista do Plano Estratégico do MAPA depende do compromisso de cada servidor, atuando, compartilhando todo o conhecimento a favor do desenvolvimento sustentável e do aumento da competitividade do agronegócio.
- O desafio é consolidar o processo de Gestão Estratégica do MAPA, buscando resultados através do compromisso de cada servidor e gestores; para que a Missão e Visão sejam cumpridas de acordo com cada proposta.

Objetivo Geral:

Medir a Produção e, sobretudo:

- a produtividade dos servidores da SFA-RO,
- fornecer aos gestores informações que permitam o gerenciamento das atividades dos servidores.
- Possibilitar aos gestores o acesso por meio eletrônico a arquivos de dados mensais ou acumulados, específicos ou consolidados das atividades dos servidores da SFA-RO
- Disponibilizar informações gerenciais, quantitativas e qualitativas, para comporem relatório de gestão anual da SFA-RO,
- Desenvolver ações planejadas para atender as perspectivas delineadas no PLANO ESTRATÉGICO DO MAPA,

Objetivo Específico:

- Acompanhar a execução física e financeira das atividades programadas mensalmente e anualmente para os servidores,
- Acompanhar a execução física e financeira das atividades programadas mensalmente e acumuladas anualmente para todos os "P.I." (Plano interno) e "SERVIÇOS" da SFA-RO,



- Sistematizar os formulários utilizados no planejamento e nas realizações por todos os serviços e padronizá-los de forma que permitam a divulgação do conjunto de informações.
- Atender outras demandas sobre atividades da SFA-RO.

3. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

- 3.1 Planejamento da unidade contemplando:
 - a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade;

Em complementação às informações constantes, além do plano estratégico apresentado, considera-se o PPA como plano tático, constituído de programas, objetivos e metas, iniciativas e medidas institucionais/normativas de responsabilidade do Ministério, também abordados no relatório.

Em relação ao plano operacional, o Mapa desenvolveu no biênio 2012/2013 e implantou no final de 2013, o módulo informatizado de programação do Plano Operativo Anual (POA), parte do Sistema de Gestão Integrada (SGI), que trata do planejamento operacional físico-orçamentário detalhado das ações e planos orçamentários de todas as Unidades do Mapa, baseado nos valores contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2014. Espera-se desenvolver o módulo de execução/monitoramento do POA ainda em 2014, para proporcionar aos gestores o acompanhamento mais efetivo do que foi programado em relação ao executado, para o exercício.



3.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

Nesta seção apresentaremos as ações desenvolvidas na SFA/RO, as quais são parte dos programas temáticos ligados Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que fazem parte do PPA 2012-2015, bem como, os ajustes necessários para o bom andamento da Ação. Tivemos problemas nas execuções, principalmente por contigenciamento de recursos, estando tudo relatado nas análises críticas de cada ação.

AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO 02

	Identificação da Ação											
Código:		2909						Tipo:	Ativida	ıde		
Título		Fiscalização d	e Agı	rotóxicos e	Afins							
Iniciativa		013E - Aperfe	BE - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas									S
Objetivo		Promover a qu da produção ag							oria da i go: 036		ade e co	ompetitividade
Programa			fesa Agropecuária Código: 2028 Tipo: Programa Temático									
Unidade Orçamentái	ria	22101 – Minis			tura, I	Pecuária e	e Abasteciment	to				
Ação Prioritária		() Sim (Y	() N	ão Caso p	ositiv	o: () I	PAC () Bra	sil ser	m Misér	ia		
				Lei C)rçan	nentária	2013					
			E	xecução O	rçam	entária e	Financeira					
Dota	ıção					Despesa	1		Resto	s a Pagar	inscrite	os 2013
Inicial		Final	Em	penhada	Liq	uidada	Paga	F	Processa	ados	Não I	Processados
2.955.637,00		2.955.637,00		6.559,55	6	5.559,55	6.559,55			360,00		0,00
				E	xecu	ção Físic	a					
Descriç	ര്	moto		T	Inida	dade de medida Montante						
Descriç	ao ua	meta		,	illua	de de me	cuiua	Pre	evisto	Reprogr	ramado	Realizado
Auditar entidade conv	eniada	(IDARON)		Audito	ria/fi	scalização	o realizada		05	-		04
		Resto	s a P	agar Não p	roce	ssados - 1	Exercícios Ant	terior	es			
Execuçã	o Orça	amentária e Fin	ance	ira			I	Execu	ção Físi	ca - Meta	S	
Valor em 1/1/201	13	Valor Liquida	ado	Valor Cancela		Desci	rição da Meta	Unidade de medida Realizada				Realizada
0,00		0,00		0,00		Auditar fiscaliza entidade	-		uditoria alizada	fiscalizaç	ão	01

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL



QUADRO 03

	Identificação da Ação											
Código:		2179						Tipo: Ati	vidad	le		
Título		Fiscalização d	e Semen	ites e Mu	das							
Iniciativa		013E - Aperfe	içoamen	to e mod	lerniz	ação dos	processos de f	iscalizaçã	o de i	insumo	s agrícolas	
Objetivo		Promover a qu da produção ag									vidade e cor	npetitividade
Programa		Defesa Agrope	cuária	Códig	o: 20	28	,	Tipo: Pro	grama	a Tema	ático	
Unidade Orçamentái	ria	22101 – Minis	tério da	Agricult	ura, F	Pecuária e	Abasteciment	to				
Ação Prioritária		() Sim (Y	() Não	Caso po	ositiv	o: () P	PAC () Bra	sil sem M	iséria	ı		
				Lei O	rçan	nentária :	2013					
			Exec	cução Or	rçam	entária e	Financeira					
Dota	ıção					Despesa		R	estos	a Pag	ar inscritos	2013
Inicial		Final	Empe	nhada	Liqu	uidada	Paga	Proces	sados	S	Não Proc	essados
10.700.000,00		10.700.000,00	42.	.721,67	42	.721,67	42721,66		500,0	00	1.321,4	0 (reinscrito)
				E	xecu	ção Física	a					
Docor	പ്രറ്റ പ്	a meta			Unic	lade de n	nodido			M	ontante	
Desci	içao u	a meta			Ome	iaue ue n	lieulua	Previs	to	Repro	gramado	Realizado
Fiscalizar estabelecime sementes	ento pi	rodutor de muda	s e]	Fisca	lização re	ealizada	145			-	63
		Resto	s a Paga	ar Não p	roces	ssados - l	Exercícios Ant	teriores				
Execuçã	o Orça	amentária e Fin	mentária e Financeira Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/201	13	Valor Liquida	ado	Valor CanceladoDescrição da MetaUnidade de medidaRealizada						lizada		
1.4	71,40	5	0,00	(0,00	Fiscaliza Semente	ıção de s e Mudas		alizad alizad	,	2	240

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL

OUADRO 04

QUADRO 0-	•							
		Ideı	ntificação da A	ção				
Código:	2141			1	Tipo: Ativid	ade		
Título	Fiscalização d	e Fertilizantes, C	Corretivos e Inc	culantes				
Iniciativa	013E - Aperfe	içoamento e mo	dernização dos	processos de fi	iscalização d	e insumos agrícolas		
	Promover a qu	alidade dos insu	mos agropecua	írios visando à	melhoria da	produtividade e cor	mpetitividade	
Objetivo		ropecuária com			Código: 036		•	
Programa	Defesa Agrope	cuária Códi	go: 2028	ŗ	Fipo: Progra	ma Temático		
Unidade Orçamentá	ria 22101 – Minis	tério da Agricul	tura, Pecuária o	Abasteciment	0			
Ação Prioritária								
		Lei (Orçamentária	2013				
		Execução O	rçamentária e	Financeira				
Dota	ıção		Despesa	1	Resto	os a Pagar inscritos	2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processad	os Não Proc	essados	
4.800.000,00	4.800.000,00	9.046,67	9.046,67	7.445,67	C	,00 110,9	1 (reinscrito)	
	Execução Física							
Descriçõe do meto Unidado do medido Montante								
Descrição da meta Unidade de medida Previsto Reprogramado Realizado								
Fiscalizar estabelecim	Fiscalizar estabelecimento, insumo e produto Fiscalização realizada 48 - 44							
	Resto	s a Pagar Não j	processados - l	Exercícios Ant	teriores			



Execução Orça	amentária e Finance	ira	Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
700,00	589,09	0,00	Fiscalizar estabelecimento, insumo e produto	Fiscalização realizada	51		

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL

OUADRO 05

QUADRO 03			Id	entific	ação da A	\cão					
Código:		2019			3000		Tipo: Ati	vidade			
Título			riscalização de Material Genético Animal								
Iniciativa		,				processos de f	iscalização	de insun	os pecuários		
Objetivo		Promover a qua	romover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade a produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. Código: 0368								
Programa		Defesa Agrope	efesa Agropecuária Código: 2028 Tipo: Programa Temático								
Unidade Orçamentári	ia	22101 – Minis	tério da Agric	ıltura,	Pecuária	e Abasteciment	to				
Ação Prioritária		() Sim (X	() Não Caso	positiv	vo: () l	PAC () Bra	isil sem M	iséria			
			Lei Orçamentária 2013								
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotae	ção				Despesa	a	R	estos a Pa	gar inscritos	2013	
Inicial		Final	Empenhada	Liq	uidada	Paga	Proc	essados	Não P	rocessados	
900.000,00		900.000,00	1.797,6	1	.797,69	1.397,69		0,0	00	0,00	
				Execu	ıção Físic	a					
Do	corioñ	o da meta			Unidada	de medida		N	Iontante		
De	scriça	o da meta			Omade	de medida	Previst	o Rep	ogramado	Realizado	
Fiscalizar estabelecime	ento			F	Fiscalizaç	ão realizada	6		-	1	
		Resto	s a Pagar Não	proce	essados -	Exercícios An	teriores				
Execução	Orça	mentária e Financeira Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2013	3	Valor Liquida	ado I	Valor Cancelado Descrição da Meta Unidade de medida Realizado					lizada		
	0,00	(0,00	0,00	Fiscaliz estabele	ar ecimento	Fiscal realiza	ização ıda		14	

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL

OUADRO 06

		Identificação da	a Ação					
Código:	2124	2124 Tipo: Atividade						
Título	Fiscalização d	le Insumos Destinados à Alin	nentação Animal					
Iniciativa				iscalização de insumos pecuários				
	Promover a qu	nalidade dos insumos agropeo	cuários visando à	melhoria da produtividade e competitividade				
Objetivo	da produção ag	da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. Código: 0368						
Programa	Defesa Agrope	ecuária Código: 2028		Tipo: Programa Temático				
Unidade Orçamentária	22101 – Minis	stério da Agricultura, Pecuári	ia e Abastecimen	to				
Ação Prioritária	() Sim (Y	X) Não Caso positivo: () PAC () Bra	asil sem Miséria				
	Lei Orçamentária 2013							
	Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despe	esa	Restos a Pagar inscritos 2013				



Inicial		Final	Empe	Empenhada Liqu		Paga	Processad	os	Não Processados		
4.000.000,00		4.000.000,00	17.	.960,17	17.960,1	17.960,17	220	5,35	5		
	Execução Física										
Dogg	miaãa d	la meta			Unidade d	modido		M	Iontante		
Desc	riçao u	а шета			Omade d	e meulua	Previsto	Repr	ogramado	Realizado	
Fiscalizar estabelecim	ento e	produto			Fiscalização	realizada	51 -			39	
		Resto	s a Paga	ar Não p	rocessados	- Exercícios Ant	teriores				
Execuçã	o Orça	amentária e Fin	anceira	ì		Execução Física - Metas					
Valor em 1/1/20	13	Valor Liquida	ado	Valor Cancela	1)00	Descrição da Meta Unidade de medida			Realizada		
	0,00		0,00			zação de lecimento e o	Fiscalização realizada		57		

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL

QUADRO 07

			Ider	tifica	ação da A	ção				
Código:	2140					1	Tipo: Ativida	ade		
Título	Fiscaliza	iscalização de Produtos de Uso Veterinário								
Iniciativa	013F - A	perfeiçoar	nento e mod	lerniz	zação dos	processos de fi	scalização de	e insumo	os pecuários	
						irios visando à			vidade e cor	npetitividade
Objetivo						e ambiental.	Código: 036			
Programa	Defesa Ag	•					Fipo: Prograi	ma Tem	ático	
Unidade Orçamentári	a 22101 – 1					Abasteciment	0			
Ação Prioritária	() Sim	(X)N			vo: () P		sil sem Miséi	ria		
					nentária :					
		<u> </u>	Execução O	rçam	entária e	Financeira				
Dotaç			-		Despesa				gar inscritos	
Inicial	Final		npenhada		uidada	Paga		Processados		essados
2.100.000,00	2.100.00	0,00	6.251,38		5.251,38	6.251,38	227	,75		192,00
			E	xecu	ção Físic	a				
n	escrição da me	ta			Unidada	e de medida			ontante	
	,						Previsto	Repr	ogramado	Realizado
Fiscalizar produto, rótu	o de produto; v	storiar est	tabelecimen	to		ıção/vistoria/	110		_	59
e diligenciar						ia realizada				
				oroce	ssados - l	Exercícios Ant				
Execução	<u>Orçamentária</u>	e Finance				<u>F</u>	Execução Fís		etas	
Valor em 1/1/2013	Valor Li	quidado	Valor Cancela		Descr	rição da Meta	Unidad medi		Rea	lizada
32	2,01	0,00	24	9,50	rótulo de vistoriar	cimento e	Fiscalização/ vistoria/ diligência realizada		1	37



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS – SEFAG/DDA/SFA-RO

Registro dos resultados quantitativos alcançados pelas ações vinculadas ao SEFAG/DDA/SFA-RO no exercício de 2013, decorrente das metas desenvolvidas pelo Serviço.

Programa: 2028 - Defesa Agropecuária

Objetivo: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Iniciativas:

013E – Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.

013F – Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.

1. Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECO113)

Trata-se da Ação 2141 — Atividade de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, cuja finalidade é programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos agrícolas, relativas à produção, comercialização, importação e exportação de fertilizantes, corretivos e inoculantes e biofertilizantes. A forma de execução se dá por meio de inspeção e fiscalização realizadas nos estabelecimentos que produzem, comercializem importam e exportam fertilizantes e afins e aos prestadores de serviços de acondicionamento e armazenamento desses produtos, e exercer outras atribuições operacionais que lhe foram cometidas pela legislação.

Programa 2028 – Defesa Agropecuária										
Ação 2141 - F	Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes									
Meta Previsto Realizado Realizado/Previsto (%)										
Física (fiscalizar)	48	44	91,66							
Financeira (R\$) 9.674,00 9.046,67 93,51										
Fonte: Relatório Mensa	al de Atividades 2012/20	13 e SIAFI								

2. Fiscalização de Sementes e Mudas (FISCALSEM13)

Trata-se da Ação 2179 – Atividade de Fiscalização de Sementes e Mudas, cuja finalidade é programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos agrícolas, relativas à produção, certificação, comercialização, utilização, importação e exportação de sementes e mudas. A forma de execução se dá por meio de inspeção e fiscalização realizadas nos estabelecimentos que produzem, utilizam, importam e exportam sementes e mudas e aos responsáveis técnicos e prestadores de



serviços de armazenamento e beneficiamento desses produtos, e exercer outras atribuições operacionais que lhe foram cometidas pela legislação.

Programa 2028 – Defesa Agropecuária Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas									
Meta Previsto Realizado Realizado/Previsto (%)									
Física (fiscalizar)	145	63	43,44						
Financeira (R\$) 42.907,70 42.721,67 99,56									
Fonte: Relatório Mens	al de Atividades 2012/20	13 e SIAFI							

3. Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROT13)

Trata-se da Ação 2909 — Atividade de Fiscalização de Agrotóxicos e Afins, cuja finalidade é programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos agrícolas, relativas à produção, importação e exportação de agrotóxicos e afins, além de exercer outras atribuições operacionais que lhe foram cometidas pela legislação. A forma de execução da fiscalização do comércio é atribuição do Estado.

Programa 2028 – Defesa Agropecuária Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins										
Meta Previsto Realizado Realizado/Previsto (%)										
Física (auditar/fiscalizar)	5	4	80,00							
Financeira (R\$) 6.656,85 6.559,55 98,53										
Fonte: Relatório Mensal de A	tividades 2012/2013 e S	IAFI								

4. Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE13)

Trata-se da Ação 2019 — Atividade de Fiscalização de Material Genético Animal, cuja finalidade é programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de material genético animal, relativas à produção, comércio, importação e exportação de material genético animal; e à prestação de serviços de reprodução animal e de inseminação artificial. A forma de execução se dá por meio de inspeção e fiscalização realizadas nos estabelecimentos fabricantes, fracionadores, processadores, importadores e exportadores de material genético animal, e exercer outras atribuições operacionais que lhe foram cometidas pela legislação.



P	Programa 2028 – Defesa Agropecuária									
Ação 2019 -	Ação 2019 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação									
	A	Animal								
Meta Previsto Realizado Realizado/Previsto (%)										
Física (fiscalizar)	Física 6 1 16.66									
Financeira (R\$) 1.993,00 1.797,69 90,20										
Fonte: Relatório Mensa	al de Atividades 2012/20	13 e SIAFI								

5. Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (FISCINAN13)

Trata-se da Ação 2124 – Atividade de Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal, cuja finalidade é programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos pecuários relativas à produção, importação e exportação de produtos destinados à alimentação animal. A forma de execução se dá por meio de inspeção e fiscalização realizadas nos estabelecimentos fabricantes, fracionadores, processadores, importadores e exportadores de produtos destinados à alimentação animal, e exercer outras atribuições operacionais que lhe foram cometidas pela legislação.

Programa 2028 – Defesa Agropecuária										
Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal										
Meta	Previsto	Realizado	Realizado/Previsto (%)							
Física (auditar/fiscalizar)	51	39	76,47							
Financeira (R\$)	19.023,00	17.960,17	94,41							
Fonte: Relatório Mensal de A	tividades 2012/2013 e S	IAFI								

6. Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (FISPROVET13)

Trata-se da Ação 2140 – Atividade de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, cuja finalidade é programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de relativos à produção, importação e exportação de produtos. A forma de execução se dá por meio de inspeção e fiscalização realizadas nos estabelecimentos fabricantes, fracionadores, processadores, importadores e exportadores de produtos de uso veterinário, e exercer outras atribuições operacionais que lhe foram cometidas pela legislação.



Programa 2028 – Defesa Agropecuária										
Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário										
Meta	Previsto	Realizado	Realizado/Previsto (%)							
Física (auditar/fiscalizar)	110	59	53,63							
100 - Financeira (R\$)	6.736,00	4.981,38	73,95							
150 - Financeira (R\$)	1.270,00	1.270,00	100,00							
Fonte: Relatório Mensal de A	tividades 2012/2013 e S	IAFI								

Análise Crítica

I. Cumprimento das metas

Como resultados concretos destacam-se três pontos principais:

- A execução das ações de fiscalizações é realizada através de ações direcionadas, organização estratégica e racionalização de recursos humanos e financeiros por Fiscais Federais Agropecuários com exercício no Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-RO, a fim que seja garantido o objetivo geral proposto;
- 2) As ações de fiscalizações são concentradas em regiões e épocas do ano de maior volume de produção e consumo. Atendimento prioritário é dado à apuração de denúncias sobre produtos não conformes, assim como tem prioridade a identificação da produção, importação e comercialização de produtos marginais e fraudados, adotando-se as medidas fiscais cabíveis a estas situações; e
- 3) Atualmente, integram o Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários 5 Fiscais Federais Agropecuários, sendo 2 com formação em Engenharia Agronômica e 3 com formação em Medicina Veterinária.

II. Eventuais problemas de execução

Como restrições destacam-se quatro pontos principais:

A partir de 2012, a falta de mão-de-obra técnica (*Fiscal Federal Agropecuário*), provocou no decorrer dos últimos dois anos sérios problemas de execução da Fiscalização de Insumos Agropecuários, ficando restrito a um servidor por *Plano Interno* - *PI*, quanto o ideal seria, no mínimo de dois ou três servidores para a realização e desenvolvimento das Ações;



- 2) Restrições orçamentárias e financeiras advindas com a edição do Decreto nº 8.062, de 29 de julho de 2013 e a Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013, que trata da programação orçamentária/financeira para execução nas ações/atividades dos vários segmentos do MAPA os quais fixam limites de despesas a ser empenhada no exercício em curso;
- 3) A ausência de auditoria e supervisão técnico-fiscal, operacional e gerencial, frequente, nas atividades do SEFAG/DDA/SFA-RO pelos Departamentos de Fiscalizações de Insumos Agrícolas e Pecuários; e
- 4) A não realização de concurso público para provimento de cargos de fiscais e agentes administrativos de modo a adequar o quantitativo de pessoal à demanda de trabalho.

III. Superações significativas das metas estabelecidas

Como superações destacam-se quatro pontos principais:

- 1) A gestão de suas competências pela organização administrativa e pelo planejamento de suas atividades;
- 2) O aporte de recursos financeiros dentro do programado, até a data anterior ao Decreto nº 8.062/2013 e a Portaria nº 268/2013;
- 3) Finalmente, o empenho do todos os esforços possíveis, mesmo com as deficiências de recursos humanos e orçamentário/financeiro, em promover o cumprimento das diretrizes e dos instrumentos institucionais disponibilizados com o fito de assegurar o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio; e
- 4) Abertura das inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de vagas para as carreiras de Fiscal Federal Agropecuário, as carreiras de Atividades Técnicas de Fiscalização e as carreiras do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo PGPE afetos ao MAPA, nos termos do Edital nº 1, de 21 de janeiro de 2014.

Conclusão:

- De tal sorte, os desempenhos apresentados, qualificam-se de regular para bom, em razão ao volume de demandas inerentes ao SEFAG/DDA/SFA-RO.
- Com base nos índices atingidos, é realizada a programação para o ano subseqüente objetivando maximizá-los para melhoria da qualidade dos insumos produzidos e comercializados no Estado de Rondônia.
- Tendo em vista o disposto no art. 126, do Decreto nº 5.153/2004, que aprovou o Regulamento da Lei nº 10.711/2003, cabe aos Estados e ao Distrito Federal a fiscalização do comércio estadual de sementes e mudas. Sendo assim, a fiscalização deste comércio é realizada pela Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia IDARON, a partir do ano de 2010.



- Tendo em vista, ainda, o disposto no inciso II do art. 71, do Decreto nº 4.074/2002, que aprovou o Regulamento da Lei nº 7.802/1989, cabe aos Estados e ao Distrito Federal a fiscalização do comércio estadual de agrotóxicos e afins. Assim sendo, a partir do exercício de 2006, a atividade de fiscalização do comércio é realizada pela Agência IDARON.
- No decorrer do segundo semestre do ano de 2010 a ação de tratamento fitossanitário com fins quarentenários, por força de ato normativo, foi transferida ao Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal SISV/DDA/SFA-RO.
- Apesar da quantidade inadequada de recursos humanos e orçamentários/financeiros disponíveis para as execuções das ações do programa, observou-se que os números das ações realizadas em 2013 são significativas.

OUADRO 08

QUIDRO				Ider	ntifica	ção da A	ção				
Códigos		2180 / 2181					•	Tipo: Ativ	idades		
Títulos		Vigilância e F	iscaliza	ação do T	rânsit	o Internac	cional de Vege	tais, Animai	s, seus P	rodutos e Ins	sumos
Iniciativas		012J – Vigilân agropecuários	ncia e	fiscalizaç	ão do	trânsito	internacional o	le animais,	vegetais	seus produte	os e insumos
Objetivos		Promover a sa fortalecendo as							as livres	de pragas	e doenças e
Programa		Defesa Agrope	cuária		Códi	go: 2028		Tipo: Prog	ramas To	emáticos	
Unidade Orçamentár	ia	22101 – Minis	2101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento								
Ação Prioritária		() Sim (Y	K) Não	Caso p	ositiv	o: () F	PAC () Bra	sil sem Mis	éria		
	Lei Orçamentária 2013										
Execução Orçamentária e Financeira											
Dota	ção					Despesa	l	Res	tos a Paş	gar inscritos	2013
Inicial		Final	Emp	enhada	Liq	uidada	Paga	Processa	dos	Não Prod	essados
8.000.000,00		8.000.000,00	6	9.176,76	69	.176,76	36.263,92		0,00		0,00
				E	Execu	ção Físic	a				
Docer	icão d	la meta			Uni	dade de 1	madida		N	Iontante	
Desci	içao u	ia ilieta			Om	uaue ue i	neulua	Previsto	Repr	ogramado	Realizado
Fiscalizar trânsito inter animais	macio	nal de vegetais e	;		Fisca	ılização r	ealizada	34.655		-	34.859
		Resto	s a Pa	gar Não _I	proce	ssados - l	Exercícios An	teriores			
Execução	Orça	amentária e Fin	anceir	a			I	Execução F	sica - M	etas	
Valor em 1/1/201	3	Valor Liquida	ado		Valor Cancelado Descrição da Meta				Unidade de medida Real		lizada
2.12	24,18		0,00		0,00		nr trânsito ional de vegeta s	10 1	Fiscalização		.258

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL



VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS, ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – VIGIAGRO/DDA/SFA-RO

Registro dos resultados quantitativos alcançados pelas ações vinculadas ao VIGIAGRO/DDA/SFA-RO no exercício de 2013, decorrente das metas desenvolvidas pelas Unidades Vigiagro.

Programa: 2028 - Defesa Agropecuária

Objetivo: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Iniciativa: 012J – Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários.

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Animais, seus Produtos e Insumos

Tratam-se das Ações 2180 e 2181 – Atividade de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Animais, seus Produtos e Insumos, cuja finalidade é executar as atividades de fiscalização agropecuária, relativas à realização de exames de animais vivos e de vegetais e partes de vegetais, na importação e na exportação; inspeção de produtos de origem animal e de origem vegetal, de sêmen animal, de embriões de animais, de produtos para alimentação animal, de produtos de uso veterinário, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de fertilizantes, de corretivos, de inoculantes, de sementes e mudas e de vinhos e bebidas em geral, na importação e na exportação; e inspeção de forragens, boxes, caixas e materiais de acondicionamento e embalagens na importação dos produtos referidos anteriormente. A forma de execução se dá por meio de inspeção e fiscalização do trânsito internacional de animais vivos, de vegetais e partes de vegetais, de produtos de origem animal e vegetal, de insumos agropecuários e de materiais biológicos de uso na agropecuária, e exercer outras atribuições operacionais que lhe foram cometidas pela legislação.

	Programa 2028 – Defesa Agropecuária									
Ações 2180/2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de										
Vegetais, Animais, seus Produtos e Insumos										
Meta Previsto Realizado Realizado/Previsto (%)										
Física (fiscalizar)	34.655	34.859	100,58							
Financeira (R\$)	69.176,76	36.263,92	52,42							
Fonte: Relatório Mensa	al de Atividades 2012/20	13 e SIAFI								

Análise Crítica:

I. Cumprimento das metas

A meta de fiscalização do transito internacional de vegetais e animais atingiu o percentual de 100,58%, mesmo considerando que a meta financeira só foi atendida em 52,42%.



II. Eventuais problemas de execução

O afastamento de servidores decorrente licença para tratamento de saúde provocou a necessidade de deslocamento de FFA Engenheiro Agrônomo da sede da SFA para atender demanda de fiscalização/certificação de cargas vegetais na UVAGRO GJM, gerando despesas com diárias, abastecimento e manutenção de veículos.

Atualmente, integram a equipe da Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Animais, seus Produtos e Insumos, 03 Fiscais Federais Agropecuários, sendo 02 com formação em Engenharia Agronômica e 01 em Medicina Veterinária, sendo que desse total, 02 recebem abono permanência.

II. Superações significativas das metas estabelecidas

A fiscalização de bagagens e cargas nas UVAGROs é dependente da demanda, que sofre influencia de fatores externos, responsáveis pela movimentação de produtos e pessoas.

Conclusão:

Apesar do contingenciamento de recursos, a meta de fiscalização foi atendida. Cabe ressaltar que o quadro de servidores possui média de idade bastante elevada, com parte significativa desse efetivo recebendo abono permanecia, situação que coloca em risco a continuidade dos serviços de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Animais, seus Produtos e Insumos nas UVAGROs. Diante do exposto, faz-se necessário a abertura de vagas em concurso público para contratação de servidores buscando a recomposição da equipe.

OUADRO 09

QUADRO 09								
		Ider	ntificação da A	Ação				
Código:	8938			7	Γipo: Ativida	ade		
Título	Inspeção e Fisc	alização de Pro	dutos de Orige	em Animal				
Iniciativa	0278 – Inspeçã	o e fiscalização	dos produtos o	de origem anima	al			
Objetivo		ssegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle e produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros Código: 0570						
Programa	Defesa Agropeo	uária	Código	: 2028	Tipo:	Programa Temátic	0	
Unidade Orçamentária	a 22101 – Minist	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
		Lei (Orçamentária	2013				
		Execução O	rçamentária e	Financeira				
Dotaç	ão		Despesa	ì	Resto	s a Pagar inscrito	s 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Process	ados Não P	rocessados	
15.000.000,00	15.000.000,00	109.466,75	109.466,75	109.320,99		2.680,00	1.168,38	
		E	execução Físic	a				
Dogovioño	o da meta	T	Jnidade de me	dide		Montante		
Descrição	o da illeta	•	indade de inc	cuiua	Previsto	Reprogramado	Realizado	
Apoio técnico e/ou adm Acompanhar SIF; Fiscal		ro ao SIPOA; Apoio técnico realizado / Supervisão 971 873 840						



das áreas de aves, ovos, leite, mel, pescado, Produto analisado / Ação de capacitação ruminantes, equídeos e derivados; e produtos; realizada / Ação realizada Executar e acompanhar programa SISB/POA; Diligenciar ações de combate a clandestinidade; e Inspecionar estabelecimento registrado no

SIF.						
	Restos a P	agar Não proce	ssados - Exercícios Antei	riores		
Execução Orça	mentária e Finance	ira	Ex	ecução Fís	ica - Metas	
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	de de medida	Realizada	
48.956,41	31.624,93	0,00	Apoio técnico e/ou administrativo ao SIPOA; Acompanhar SIF; Fiscalizar estabelecimentos das áreas de aves, ovos, leite, mel, pescado, ruminantes, eqüídeos e derivados; e produtos; Executar e acompanhar programa SISB/POA; Diligenciar ações de combate a clandestinidade; e Inspecionar estabelecimento registrado no SIF.	Superv Resulta Produto de capac	cnico realizado / isão realizada / ado divulgado / analisado / Ação itação realizada / ão realizada	580

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL

QUADRO 10									
			Ider	ntificação da A	ção				
Código:	4842				ř ·	Γipo: Ativida	ade		
Título	Erradicação da	ı Febre A	ftosa						
Iniciativa	012I – Preveno	012I – Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais.							
Objetivo		Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e ortalecendo as ações de prevenção e controle. Código: 0364							
Programa	Defesa Agrope	Defesa Agropecuária Código: 2028 Tipo: Programa Temático							
Unidade Orçamentária	22101 – Minis	tério da A	Agricul	tura, Pecuária e	Abasteciment	0			
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria								
			Lei (Orçamentária 2	2013				
		Exec	ução O	rçamentária e	Financeira				
Dotação				Despesa		Resto	s a Pagar inscritos	2013	
Inicial	Final	Empen	hada	Liquidada	Paga	Processad	os Não Proc	essados	
46.065.930,00	46.065.930,00	19.9	993,64	19.993,64	19.972,17	0	,00	45,42	
			E	Execução Física	1				
Descricã	o da meta			Unidade de n	nadida		Montante		
				Omuade de n	ileulua	Previsto	Reprogramado	Realizado	
							-	26	



denúncia; Participar de event e promover eventos externos		r				
	Restos a Pa	agar Não proce	ssados - Exercícios Anter	riores		
Execução Orça	mentária e Financei	ira	Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013 Valor Liquidado		Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Rea	lizada
6.500,00	3.377,85	0,00	Área livre	ha	237	7.576

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL

OHADRO 11

QUADRO 11									
		Ide	ntificação	da A	ção				
Código:	8658				ŗ	Γipo: Ativida	ade		
Título	Prevenção, Cor	ntrole e Erradica	ıção de Do	ença	s dos Animais				
Iniciativa	012I – Prevenç	ão, controle e ei	radicação	de de	oenças dos anin	nais.			
Objetivo		nidade na agro ações de preven				ão das zona digo: 0364	s livres	s de pragas	e doenças e
Programa	Defesa Agrope	cuária Códi	go: 2028		7	T ipo: Progra	ma Ten	nático	
Unidade Orçamentária	22101 – Minis	tério da Agricul	tura, Pecu	ária e					
Ação Prioritária	() Sim (X	() Não Caso p	ositivo: () P	PAC () Bras	sil sem Miséi	ria		
		Lei (Orçament	ária :	2013				
		Execução C	rçamentá	íria e	Financeira				
Dotaçã	0	Despesa Restos a Pagar inscritos 2013							2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquida		Paga	a Processados Não Processado			
30.843.550,00	30.843.550,00	38.557,55	38.557	7,55	35.279,16	(0,00		0,00
		I	Execução I	Físic	a				
Desc	rição da meta		Unid	lade i	de medida		N.	Iontante	
Desc	rição da meta					Previsto	Repr	ogramado	Realizado
Fiscalizar estabeleciment propriedades rurais; Sup- órgão executor revenda o insumos); Verificar denú	ervisionar (médicos le vacinas e distribui ncia; Participar de e	veterinários, ição de ventos	Estabelecimento fiscalizado / Monitoramento realizado / Supervisão realizada / Denúncia apurada / Capacitação realizada /		89		-	93	
externos e reunião técnic	a; e Planejar eventos	s externos.	Reunião		izada / Evento izado				
	Resto	s a Pagar Não j	processad	los - l	Exercícios Ant	eriores			
Execução (Orçamentária e Fin	anceira			E	xecução Fís	ica - M	etas	
Valor em 1/1/2013	Valor Liquida	ado Valor Cancela		lo Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada	
3.644	,31	0,00	0,00 Pro	pried	lade atendida	un		120	0.090
Fonte · SIPI AN e	SIAFI GERENCIA		<u> </u>					·	

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL



SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL – SISA/DDA/SFA-RO

Registro dos resultados quantitativos alcançados pelas ações vinculadas ao SISA/DDA/SFA-RO no exercício de 2013, decorrente das metas desenvolvidas pelo Serviço.

Análise Crítica

I. Cumprimento das metas

As metas estabelecidas para a Ação 8938 – Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e da Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa não foram atingidas, em contrapartida, as metas estabelecidas para a Ação 8658 – Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais foram atingidas.

II. Eventuais problemas de execução

Acusamos severas dificuldades para o desenvolvimento e execução das atividades originadas pela contenção de recursos, evidenciado a partir do mês de agosto, e pela deficiência no quadro de Fiscais Federais Agropecuários. Há a necessidade de, no mínimo, 14 Fiscais Federais Agropecuários no SISA/DDA/SFA – RO para manter a normalidade do atendimento e das atividades.

III. Superações significativas das metas estabelecidas

Não houve acréscimo significativo das metas estabelecidas.

Conclusão

Percebe-se, ano a ano, que não está ocorrendo à reposição de servidores que solicitam aposentadoria ou são transferidos para outros estados. De outro lado, as atividades mantêm-se ou ocorre incremento das mesmas. No ano de 2013 ocorreu contenção drástica de recursos financeiros que influenciou diretamente o não cumprimento das metas.

Medidas de gestão, informando e solicitando providências frente aos entraves identificados no setor do Serviço de Inspeção e Saúde Animal, foram realizadas junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União, Governo do Estado de Rondônia, entre outros.



QUADRO 12

	Identificação da Ação									
Códigos	4745						Tipo: Ativ	idades		
Títulos	Fiscalizaçã	ões das At	ividades co	m Org	ganismos	Geneticament	e Modificado	os		
Iniciativas	013H – De	esenvolvin	nento e mo	derniz	ação dos	instrumentos o	de fiscalizaçã	o de ativ	idades com	OGM
Objetives	Promover	a qualidad	de dos insu	mos a	gropecuá	rios visando à	melhoria da	produti	vidade e cor	npetitividade
Objetivos	da produçã	io agropeo	cuária com	susten	tabilidad	e ambiental.	Código: 036	58		
Programa	Defesa Ag	ropecuária	a	Códig	go: 2028		Tipo: Progra	amas Te	máticos	
Unidade Orçamentári	a 22101 – N	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento								
Ação Prioritária	() Sim	(\mathbf{X}) Na	ão Caso p	ositivo	o: () P	AC () Bra	sil sem Misér	ria		
Lei Orçamentária 2013										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotaç	ão				Despesa		Resto	s a Pag	ar inscritos	2013
Inicial	Final	Em	penhada	Liqu	ıidada	Paga	Processad	os	Não Processados	
2.000.000,00	2.000.000	0,00	7.709,45	7.	.709,45	7.709,45	(0,00		0,00
			E	Execuç	ção Físic	a				
Docori	ção da meta			Unid	lade de r	nadida		M	ontante	
Descri	çao da illeta			Omu	iaue ue i	neulua	Previsto	Repro	ogramado	Realizado
Fiscalização Realizada							03		-	00
	F	Restos a P	agar Não p	proces	sados - l	Exercícios Ant	teriores			
Execução	Orçamentária	e Finance	ira			<u> </u>	Execução Fís	ica - Mo	etas	
Valor em 1/1/2013	8 Valor Lie	quidado		Valor Cancelado Descrição da Meta			Meta Unidade de medida		Realizada	
5.61	5,35	0,00	1.10	00,00	Fiscaliza	ação Realizad	a Fiscaliz	zação	Não	Houve

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL

QUADRO 13

_		Ide	ntificação da A	Ação					
Códigos	8939				Tipo: Ativ	ridades			
Títulos	Inspeção e Fisc	alização de Pro	dutos de Origei	n Vegetal					
Iniciativas	0279 – Inspeçã	o e fiscalização	de produtos de	origem vegeta	1				
Objetivos		Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle le produtos e processos visando a oferta de alimentos Código: 0570							
Programa	Defesa Agrope	cuária	Código: 20	28	Tipo: Pro	gramas Temáticos			
Unidade Orçamentári	ia 22101 – Minis	tério da Agricul	tura, Pecuária e	e Abasteciment	.0				
Ação Prioritária	Ação Prioritária () Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria								
	Lei Orçamentária 2013								
		Execução O)rçamentária (Financeira					
Dotaç	ção		Despesa	1	Resto	os a Pagar inscritos	2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processad	os Não Prod	cessados		
3.500.000,00	3.500.000,00	18.995,41	18.995,41	18.607,47	(0,00	1.237,79		
		I	Execução Físic	a					
Dagawi	iaão do moto		Unidade de	modido		Montante			
Descri	ção da meta		Omdade de l	neulua	Previsto	Reprogramado	Realizado		
Estabelecimento Inspec	cionado		Unidad	le	10	-	22		
Estabelecimento Regist	trado		Unidad	le	10		14		
	Resto	s a Pagar Não j	processados -	Exercícios Ant	teriores				



Execução Orça	amentária e Finance	ira	Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
550,00	0,00	0,00	Estabelecimento Inspecionado	Unidade	22		
			Estabelecimento Registrado	Unidade	14		

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica:

I. Cumprimento das metas

No PI- IPVEGETAL - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal a meta foi plenamente atingida, e a Meta do PI- FISCORGEN - Fiscalização das Atividades Com Organismos Geneticamente Modificado foi programada com 03 Fiscalizações, as quais não foram atingidas porque não houve implantação de Projeto de Pesquisa no Campo Experimental da EMBRAPA/VILHENA/RO em 2013.

II. Eventuais problemas de execução

Muitas vezes não houve recursos financeiros para aquisição de combustíveis para uso nos deslocamentos de viagem a serviço.

III .Superações significativas das metas estabelecidas

A Meta Fiscalizar Estabelecimento com LV foi realizada em 13 (treze) Estabelecimentos. E a Meta registrar produto no SIPEORAC foi previsto em 100 novos produtos e, realizados 233 (duzentos e trinta e três) , sedo esse aumento resultante da demanda dos estabelecimentos por registros de novos produtos elaborados por seus estabelecimentos

A Lotação de pessoal no SISV/SFA/RO é de apenas 1(um) FFA na área de BEBIDAS EM GERAL, o que dificulta sobremaneira a execução das atividades.

Conclusão:

As Metas foram cumpridas a contento garantindo o objetivo proposto no Plano Operativo do exercício 2013



Há necessidade de mais 1 (um) FFA para área de Bebidas, tendo em vista que o atual fiscal irá se aposentar no próximo ano e , temos um total de 47 (quarenta e sete) estabelecimentos registrados no MAPA.que deverão ser inspecionados.

QUADRO 14

			Iden	ıtificaç	ão da A	ção						
Códigos	4746					Ti	po: Atividad	les				
Títulos	Padronização,	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais										
Iniciativas	027A – Padron	27A – Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal										
Objetivos		segurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle										
Objectivos		produtos e processos visando a oferta de alimentos Código: 0570										
Programa	Defesa Agrope				o: 2028		Tipo: Progr	amas T	emáticos			
Unidade Orçamentária						Abasteciment						
Ação Prioritária	() Sim ()	K) Não	Caso p	ositivo	: () P	AC () Bra	sil sem Misé	ria				
			Lei C)rçame	entária 2	2013						
		Exec	ução O	rçameı	ntária e	Financeira						
Dotaçã	ío	Despesa Restos a Pagar inscritos 2013								2013		
Inicial	Final	Empen	hada	Liqui	idada	Paga	Processad	los	Não Proc	essados		
4.857.745,00	4.857.745,00	23.	198,84	23.1	198,84	23.198,84	86	8,55		0,00		
			E	Execuçã	ão Física	a						
Docorio	ão da meta			Unida	ade de n	nodido		N	Iontante			
Descriç	ao da meta			Omua	aue ue n	neuiua	Previsto	Repr	ogramado	Realizado		
1-Fiscalizar estabelecime	entos,comerciantes											
,embaladores e atacadist					Unidade	Δ.	30		_	42		
2- Fiscalizar estabelecin	nento embalador/exp	ortador			Omaaa	C	09			02		
de castanha												
			r Não p	process	sados - I	Exercícios Ant	eriores					
Execução (Orçamentária e Fin	nanceira				E	xecução Fís	ica - M	etas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquida	ado (Valor Cancela		Descr	ição da Meta	Unidae med		Rea	lizada		
550	,00	0,00		0,00 I	Fiscaliza	ıção realizada	unida	ade		44		

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica:

I. Cumprimento das metas

Com relação a ação de Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal, a primeira meta foi cumprida totalmente sendo ultrapassada em mais de 100 % e , a segunda meta não foi cumpridas em sua totalidade, porque são metas que dependem de demanda das empresas interessadas,no caso embaladoras e beneficiadoras de castanha do Brasil para o mercado interno e externo.



II. Eventuais problemas de execução.

Tivemos problemas de falta de descentralização de recursos financeiros na época prevista , e também a ausência de fiscais em serviço por motivo de licenças para tratamento de saúde , mas ao fim conseguimos atingir o proposto.

III. Superações significativas das metas estabelecidas.

A superação em referência a execução acima da meta prevista do PI-PADCLASSI foi atingida em virtude de viagens a serviço visando fiscalizar estabelecimentos em vários municípios do interior do estado, como também fiscalização para credenciamento das prestadora de serviço de classificação vegetal –IDARON.

Conclusão:

As atividades programadas foram executadas conforme previsto na programação, sendo que cumprimos acima do previsto.

OUADRO 15

QUIDRO 13				Identifi	icação da A	ção						
Códigos		4738					Tipo: Ativid	lades				
Títulos		Erradicação da	Erradicação da Mosca da Carambola									
Iniciativas		012H – Prevenç	2H – Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais									
Objetivos			omover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e rtalecendo as ações de prevenção e controle. Código: 0364									
Programa		Defesa Agropeo	fesa Agropecuária Código: 2028 Tipo: Programas Temáticos									
Unidade Orçamentár	ia	22101 – Minist	tério da <i>l</i>	Agricultura	, Pecuária e	Abasteciment	.0					
Ação Prioritária		() Sim (X	() Não	Caso posi	tivo: () F	PAC () Bra	sil sem Misé	ria				
				Lei Orç	amentária	2013						
			Exec	ução Orça	mentária e	Financeira						
Dota	ção				Despesa		Resto	os a Paş	gar inscritos	2013		
Inicial		Final	Empen	nhada Li	iquidada	Paga	Processad	os	Não Proc	Processados		
4.500.000,00		4.500.000,00	1.0	000,00	1.000,00	1.000,00	(0,00		0,00		
				Exec	cução Físic	a						
Docer	പ്രൂപ പ്	a meta		T T-	nidade de 1	madida		N.	Iontante			
				U.	inuaue ue i	neulua	Previsto	Repr	ogramado	Realizado		
Supervisionar o monito carambola e atividades			-	Sı	ıpervisão re	alizada	3		-	3		
		Resto	s a Paga	r Não pro	cessados - l	Exercícios Ant	teriores					
Execução	Orça	mentária e Fin	ance <u>ira</u>			I	Execução Fís	ica - M	etas			
Valor em 1/1/201	3	Valor Liquida	ido (Valor Cancelado	Descr	rição da Meta	Unidao medi		Rea	lizada		
43	33,00	315	5,00	Cancelado Supervisionar o monitoramento de mosca-da-carambola e atividades de convênio Medida Supervisão realizada 3								



Análise Crítica:

I. Cumprimento das metas

As metas foram cumpridas de acordo com a quantidade prevista.

II. Eventuais problemas de execução

A execução foi realizada conforme a quantidade prevista sem problemas devido à adequação do montante inicial previsto à limitação de recursos e à limitação no quantitativo de servidor habilitado para executar as atividades.

III. Superações significativas das metas estabelecidas

Não houve.

Conclusão:

As atividades programadas foram devidamente executadas, adequando-se às limitações de recurso e de servidores habilitados disponíveis para a execução das atividades, porém a real necessidade de recurso financeiro e de pessoal é maior do que a disponível.

QUADRO 16

QUIDRO II											
				Identific	ação da <i>A</i>	Ação					
Códigos		2134	4 Tipo: Atividades								
Títulos		Vigilância e Fi	gilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Produtos e Insumos								
Iniciativas		012H – Preven	2H – Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais								
Objetivos			romover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e rtalecendo as ações de prevenção e controle. Código: 0364								
Programa		Defesa Agrope	cuária	Cóc	l igo: 2028	1	Tipo: Progra	amas Te	máticos		
Unidade Orçamentá	ria	22101 – Minis	tério da	Agricultura,	Pecuária	e Abasteciment	to				
Ação Prioritária		() Sim (Y	() Não	Caso positi	vo: () I	PAC () Bra	sil sem Miséi	ria			
				Lei Orça	mentária	2013					
Execução Orçamentária e Financeira											
Dota	ıção				Despesa	l	Resto	s a Pag	ar inscritos	2013	
Inicial		Final	Emper	nhada Lio	uidada	Paga	Processad	os	Não Proc	essados	
10.000.000,00		10.000.000,00		0,00	0,00	0,00	(0,00		5.640,00	
				Execu	ıção Físic	a					
Dagas		la		T.I.	. ما ما ما ما			M	ontante		
Desci	rição o	la meta		Un	idade de i	medida	Previsto	Repro	ogramado	Realizado	
Acompanhar convênio	o/contr	ato de repasse		Acomp	anhament	o realizado	4		-	10	
		Resto	s a Paga	ar Não proc	essados -	Exercícios An	teriores				
Execuçã	o Orça	amentária e Fin	anceira			I	Execução Fís	ica - Mo	etas		
Valor em 1/1/201		Valor Liquida	ado	Valor Cancelado	Descrição da Meta Unidade de medida Realizada						
	0,00		0,00	0,00	Acompa	ınhar	Acompan	hamen		10	



	_		
		convênio/contrato de	to realizado
		repasse	

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica:

I. Cumprimento das metas

As metas foram cumpridas adequadamente, de acordo com a quantidade prevista.

II. Eventuais problemas de execução

Não houve problemas na execução devido à adequação do montante inicial previsto à limitação de recursos e à limitação no quantitativo de servidor habilitado para executar as atividades.

III. Superações significativas das metas estabelecidas

As metas foram superadas significativamente devido à proximidade na localização das unidades supervisionadas pelo MAPA, dentro de uma mesma rota de atuação, possibilitando a otimização do uso do recurso, apesar de contingenciado.

Conclusão:

As atividades programadas foram devidamente executadas, adequando-se às limitações de recurso e de servidores habilitados disponíveis para a execução das atividades, porém a real necessidade de recurso financeiro e de pessoal é maior do que a disponível.

OHADRO 17

QUADRO 17											
		Ide	ntificação da A	Ação							
Códigos	8572				Tipo: Ativid	lades					
Títulos	Prevenção, Co	revenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais									
Iniciativas	012H – Prever	2H – Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais									
Objetivos		omover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e rtalecendo as ações de prevenção e controle. Código: 0364									
Programa	Defesa Agrope	ecuária	Código: 2028	3	Tipo: Progra	amas Te	máticos				
Unidade Orçamentár	ia 22101 – Minis	stério da Agricul	ltura, Pecuária	e Abasteciment	to						
Ação Prioritária () Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria											
Lei Orçamentária 2013											
		Execução C)rçamentária (e Financeira							
Dota	ção		Despesa	a	Resto	s a Pag	ar inscritos	2013			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	os	Não Proc	essados			
19.884.500,00	19.884.500,00	6.438,01	6.438,01	6.438,01	1.070	0,00		0,00			
]	Execução Físic	ca							
Dogow	ioão do moto		Unidade de	madida		M	ontante				
Descr	ição da meta		Omaade de	medida	Previsto	Repro	ogramado	Realizado			
Acompanhar convênio	/contrato de repasse	A	companhamen	to realizado	3		-	3			
	Resto	s a Pagar Não	processados -	Exercícios An	teriores						
Execução	Orçamentária e Fii	nanceira]	Execução Físi	ica - Me	etas				
Valor em 1/1/201	3 Valor Liquid	ado Valo Cancela	l Desc	rição da Meta	Unidad medi		Real	izada			



	31,00	0,00	0,00	Acompanhar convênio/contrato de repasse	Acompanhamen to realizado	3
--	-------	------	------	---	---------------------------	---

Fonte: SIPLAN e SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica:

I. Cumprimento das metas

As metas foram cumpridas de acordo com a quantidade prevista.

II. Eventuais problemas de execução

A execução foi realizada conforme a quantidade prevista sem problemas devido à adequação do montante inicial previsto à limitação de recursos e à limitação no quantitativo de servidor habilitado para executar as atividades.

III. Superações significativas das metas estabelecidas

Não houve.

Conclusão:

As atividades programadas foram devidamente executadas, adequando-se às limitações de recurso e de servidores habilitados disponíveis para a execução das atividades, porém a real necessidade de recurso financeiro e de pessoal é maior do que a disponível.



Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Ouadro 18

Quadro 10				Iden	tifica	ção da Aç	ão					
Código	Código 2000 Tipo Atividade											
Título		Adminis	ministração da Unidade									
Iniciativa												
Objetivo			PERACAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES ESCENTRALIZADAS Código:									
Programa			DMINISTRACAO DA UNIDADE – NACIONAL Código: 20122210520000001 po: Atividade									
Unidade Orçame	ntária	22101										
Ação Prioritária		() Sim	(x)	Não (Caso p	ositivo: ()Pa	AC () E	Brasil sem	Miséria		
				Lei O)rçam	entária 2	013					
			Execu	ução O	rçame	entária e l	Finar	nceira				
Dotaçã	ão					Despesa			Restos a	Pagar iı	nscritos 2013	
Inicial	Fin	al	Empenl	hada	Liq	uidada		Paga	Process	ados	Não Processados	
789.341,96	789.34	1,96	789.031	1,05	789	.031,05	67	73.387,30	34.620	,85	51.588,20	
				Е	xecuç	ão Física						
De	ecricão	da meta			J	Jnidade de	e		Mor	ntante	_	
						medida		Previsto	Repro	ogramado	o Realizado	
Superintendência A	Atendid	la				UM		1		1	1	
		Restos	s a Pagai	r Não p	roces	sados - E	xercí	cios Anteri	ores			
Execução	Orçan	nentária	e Financ	ceira				Execuçã	o Física -	Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor	Liquidad	do C	Valor Cancelac	do	Desc	crição	o da Meta	_	dade de edida	Realizada	
101.658,99		44.567	,99	37.692,6	6							

AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO ADMINISTRATIVA/TÉCNICA DO GABINETE SFA/RO ANO 2013.

- Reuniões mensais com todos os Setores da SFA/RO, ligados as áreas
 Técnica/Administrativas com o objetivo de nivelar informações e conhecimento,
 buscando a excelência na prestação de serviços.
- Construção e mobília da Unidade de Vigilância de Defesa Agropecuária em Porto Rolim, Município de Alta Floresta.
- Lançamento do Programa ABC.
- Participação no I Rondônia Rural Show.



- Participação no Lançamento pela Agencia IDARON/RO no 32ª e 33ª Ciclo de Vacinação contra a Febre Aftosa no Estado.
- Participação de Seminário sobre o Plano SUASA.
- Repassamos através de Termo de Cooperação para Agencia IDARON 15(quinze)
 veículos para atender as ações de Defesa Sanitária Animal e Vegetal daquela Instituição.
- Repassamos através de processo de Cessão 02 (dois) veículos para a CONAB/RO, atendendo pedido daquela vinculada.
- Participação de duas Audiência Pública do Senado Federal referente a revitalização da Cafeicultura no Estado de Rondônia.
- Participações de Reuniões Ordinária e Extraordinária do Conselho Estadual e Municipal de Desenvolvimento Rural.
- Participação de Reuniões, Seminários, Dia de Campo etc... realizados por Instituições
 parceira tais como: EMATER/RO, EMBRAPA,SEAGRI,IDARON entre outros, com o
 objetivo de levar ao conhecimento de todos a MISSÃO do Ministério da Agricultura que
 e de promover o Desenvolvimento Sustentável e a competitividade do Agronegócio
 Brasileiro.



3.3 - ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

A Estrutura de Governança e de Autocontrole, ou melhor, o controle interno é exercido pela AECI/MAPA, Assessoria Especial ligada diretamente ao Gabinete do Senhor Ministro em Brasília, não havendo representação na Superintendências.

ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Quadro 19

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES			
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	



16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
				X	
tempestiva, atual, precisa e acessível. 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e					
tempestiva, atual, precisa e acessível. 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas	1	2	3	X	5
tempestiva, atual, precisa e acessível. 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	1	2	3 X	X	5
tempestiva, atual, precisa e acessível. 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. Monitoramento 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua	1	2		X	5

Análise Crítica: Reunião de consenso das afirmativas constantes no quadro com o envolvimento dos representantes das áreas estratégicas (administrativa e técnica) da SFA/RO: Chefe do Serviço Administrativo; Chefe do Serviço de Planejamento e Acompanhamento, Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária, Chefe da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário e Superintendente, sendo realizadas reuniões mensais para avaliação de estratégias a serem desenvolvidas, para o atingimento das metas propostas.

Obs.: Informamos que não existe um setor específico de Controle Interno na UJ, sendo o mesmo exercido pela AECI/MAPA e externo pela CGU.



4. - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

- 4.1. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- 4.1.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação
- 4.1.1.2 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 20 Valores em R\$ 1,00

Modalidade de	Despesa Lic	quidada	Despesa p	aga
Contratação	2013	2012	2013	2012
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	693.100,05	720.217,77	693.100,05	720.217,77
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	361.543,68	232.110,00	361.543,68	232.110,00
Inexigibilidade	16.365,55	22.326,17	16.365,55	22.326,17
Regime de Execução				
Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	216.753,47	242.674,67	216753,47	242.364,36
Outras				

Fonte: SEOF/SAD/SFA-RO

Análise Crítica

* A despesa ora especificada reflete os valores referentes a empenhos na modalidade de licitação Pregão, incluindo os realizados pela SFA/RO, bem como, os realizados por outras UASG's ao qual a SFA/RO pediu a devida anuência para adesão à Ata SRP.

4.1.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos de movimentação

Despesas Correntes Por Grupo e Elemento De Despesa Dos Créditos de Movimentação

Quadro 21 Valor em R\$ 1,00

Quanto 21		DESPESA	AS CORRENT	ES				
Grupos de Despesa	Emper	nhada	Liqui	dada	RP não processados		Valore	s Pagos
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Outros Benefícios Assistenciais		16.342,09						
2. Juros e Encargos da Dívida								
Não se Aplica a Natureza Jurídica da UJ								
3. Outras Despesas Correntes								
Material de Consumo	40.978,33	126.399,93	40.978,33	126.399,93	11.329,92	4.588,00		109.098,67
Locação de Mão de Obra	548.605,90	572.056,18	548.605,90	572.056,18		49.025,72		526.198,59
Outros Serviços de Terceiros PJ	175.938,95	233.984,96	175.938,95	233.984,96	17.571,41	41.235,07		199.290,38
Demais elementos do grupo	23.507,87	170.052,44	23.507,87	170.052,44		3.254,98		159.936,11
		DESPESA	AS DE CAPITA	A L				
Grupos de Despesa	Emper	hada	Liqui	dada	RP não Pro	ocessados	Valore	s Pagos
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Obras e Instalações		14.292,18		17.292,18	14.292,18			
Equipamentos e Material Permanente	1.991,91	16.068,00	1.991,61	16.068,00	7.745,00	1.962,00	398,91	1.962,00
5. Inversões Financeiras								
Não se Aplica a Natureza Jurídica da UJ								
6. Amortização da Dívida								
Não se Aplica a Natureza Jurídica da UJ								

Fonte: SEOF/SAD/SFA-RO

Análise Crítica:

No quadro Despesas Correntes Por Grupo E Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos de Movimentação – houve o empenho e a liquidação nos valores recebidos e nos pagamentos houve uma diminuição de valores, principalmente em Material de consumo quanto em ouros serviços de terceiros PJ, isso se deve ao fato do contingenciamento de recursos, como também a realização de Pregão Eletrônico que proporcionou redução das despesas, não constando no momento restos a pagar inscritos, nestes elementos de despesas.

4.2 - Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO 22				Valores em R\$ 1,00								
Restos a Pagar não Processados												
		_		Saldo a pagar								
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	31/12/2013								
2012	66.419,30	55.985,04-		10.403,48								
2011	87.395,88	-	87.395,88	-								
	Re	estos a Pagar Processad	dos									
				Saldo a pagar								
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	31/12/2013								
2012	73.396,00	58.271,37	310,31	14.814,32								
2011	1.237,49	-	-	1.237,49								

Fonte:

Análise Crítica:

Em razão dos créditos orçamentários, na grande maioria, só serem descentralizados no quarto trimestre do exercício, onde a Superintendência não possui Consultoria Jurídica, tendo de enviar seus processos para análise e parecer à Consultoria Jurídica de Brasília – DF, onde a demora para análise geralmente são de dois a quatro meses o seu retorno dificultando a conclusão dos processos licitatórios e principalmente a entrega do material adquiridos ou serviços prestados pelos fornecedores no exercício, ficando assim em Restos a Pagar.



5. -Transferências de Recursos

Com referência a transferência de recursos através de convênio, não incluímos neste Relatório os Quadros do anexo A da Portaria nº 175/13, Quadro A.4.4.4.2, pois não houve convênio e/ou contrato de repasse celebrados pela UJ nos três últimos exercícios e quanto aos Quadros A.4.4.4.3 e A.4.4.4, não houve apresentação de prestação de contas no exercício, por motivo de o Convênio nº 743132/2010, ter sido aditivado, prorrogando a sua vigência para 31.12.2014 e o Convênio nº 743713/2010, em que pese todas as tratativas, ainda não foi prestado conta no SICONV, tendo o mesmo sido encerrado em 2012.

5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência Quadro 23 Valores em R\$ 1.00

Unidade Concedente ou Contratante											
Nome: Super	Nome: Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia										
CNPJ: 00.396.895/0036 – 55 UG/GESTÃO: 130083											
	Informações sobre as transferências										
			Valores	Valores Pactuados Valores Repassados				ência			
Modalidad	N° do instrume	Beneficiári o		Global Contrapar tida		Acumul			Sit		
e	nto		Global			ado até exercíci	Iníci	E:	•		
				· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	io	0	0	Fim			
	743132/201	03.092.697/00	8.066.03				01.07	30.06.1			
1	0	01 - 66	8,60	1.353.650,00			.10	1	1		

LEGENDA

M	հո	al	i	h	ล	d	e	•
TAT	vu	aı	u	u	а	u	c	٠

1 - Convênio

2 - Contrato de Repasse

3 - Termo de Parceria

4 - Termo de Cooperação

5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente

2 - Inadimplente

3 - Inadimplência Suspensa

4 - Concluído

5 - Excluído

6 - Rescindido

7 - Arquivado

Fonte: SAD/SFA/RO

OBS.: O Convênio nº 743132/2010, foi assinado mas não houve o repasse financeiro, ficando o repasse financeiro e a execução para o exercício de 2011 e não houve repasse financeiro em 2013, sendo o convênio 743132/2010, aditivado ficando o encerramento dos mesmos para o exercício de 2014.

Análise Crítica:

Referente à estrutura, processo de fiscalização e acompanhamento "in loco" do Convênio 743132/2010/MAPA/SFA-RO-IDARON, registrado no SINCONV Nº 743132/2010, informamos que o técnico designado por portaria do Srº Superintendente Federal de Agricultura em RO, de



acordo com o Art.º 51 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGV Nº 127 de 29/05/2008, vem realizando os trabalhos de fiscalização e acompanhamento "in loco" da execução das metas programadas, conforme cronograma de execução.

A metodologia consiste em visitas de fiscalização e acompanhamento dos trabalhos nas Unidades de Produção (prod. rurais) e Escritórios Seccionais e Regionais do IDARON.

São elaborados Termos de Supervisão de Convênio, com registro das informações obtidas, conferência de registro patrimonial de equipamentos adquiridos, comprovação de utilização destes equipamentos para ações objeto de convênio, registro com fotos de equipamentos e ações comprovando a execução das metas.

Todas informações obtidas objetivam a elaboração do relatório final de acompanhamento com parecer conclusivo sobre a execução das metas programadas.



6. - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013

Quadro 24

	Lota	ção	Ingressos	Egressos
Tipologias dos Cargos	Autorizada	Efetiva	no Exercício	no Exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	124	124	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	124	124	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	124	124	0	1

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

6.2. — Situações que reduzem a força de trabalho da UJ — Situação em 31/12 Quadro 25

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	08
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	08
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	01
3.1. De oficio, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	01
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	01
4.1. Doença em pessoa da família	01



4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	02
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço military	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	02
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	12

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

6.3 - QUADRO 26 - Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ(Situação Em 31 De Dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções	Lota	ção	Ingressos no	Egressos no	
gratificadas A		Efetiva	exercício	exercício	
1. Cargos em comissão	03	03	02	02	
1.1.Cargos Natureza Especial					
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	03	03	02	02	
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	03	03	02	02	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado					
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	01	01	01	00	
1.2.4. Sem vínculo					
1.2.5. Aposentados					
2. Funções gratificadas					
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	03	03	03	03	
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado					
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas					
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	07	07	06	05	

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

6.4 - Quadro 27 - Quadro Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária Situação apurada em 31/12/2013

	Faixa Etária (anos)							
Tipologias do Cargo	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60			
1.Provimento de cargo efetivo	0	05	21	83	23			
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-			
1.2. Servidores de Carreira	00	05	21	83	23			
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-			
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença								
2.Provimento de cargo em comissão								
2.1. Cargos de Natureza Especial								
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior								



2.3. Funções gratificadas					
3 - Totais	00	05	21	83	23

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

6.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013

Ouadro 28

Tipologias do Cargo		Nível de Escolaridade								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.	Provimento de cargo efetivo									
	1.1. Membros de poder e agentes políticos									
	1.2. Servidores de Carreira		2		20	77	33			
	1.3. Servidores com Contratos Temporários									
	1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2.	Provimento de cargo em comissão									
	2.1. Cargos de Natureza Especial									
	2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						06			
	2.3. Funções gratificadas					19	2			
3.	Гotais : SGP/SAD/SFA-RO		2		20	96	41			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

6.6 - Composição Do Quadro De Servidores Inativos QUADRO 29 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013

		Quantidade				
Regime de proventos / Regime de aposentadoria		De Servidores aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício em Referência			
1	Integral	01	01			
1.1	Voluntária					
1.2	Compulsório					
1.3	Invalidez Permanente	01	01			
1.4	Outras					
2	Proporcional	02	02			
2.1	Voluntária					
2.2	Compulsório					
2.3	Invalidez Permanente	02	02			



2.4 Outras		
3 – Totais	03	03

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

6.7 - QUADRO 30 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO **APURADA EM 31/12/2013**

	Quantidade de Beneficiários de Pensão			
Regime de proventos do servidor Instituidor	Acumulada ate 31/12	Iniciada no Exercício de Referência		
1. Aposentado				
1.1 Integral	38	1		
1.2 Proporcional	16			
2. Em Atividade	29			
3. Total (1+2)	83	1		

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

QUADRO 31 - ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	sujeitos ao T(de de atos registro no CU cícios	Quantidade de atos cadastrados no SISAC Exercícios		
	2013	2012	2013	2012	
Admissão					
Concessão de aposentadoria	09	04			
Concessão de pensão civil	03	05			
Concessão de pensão especial a ex-combatente					
Concessão de reforma					
Concessão de pensão militar					
Alteração do fundamento legal de ato concessório	02				
Totais	14	09			

6.8 - QUADRO 32 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de	Quanti	Quantitativo de contratos de estágio vigentes						
escolaridade	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)			
Nível superior								
 Área Fim 	2	2	2	2				
ÁreaMeio	4	4	4	4				
Nível Médio								



Área Fim	4	6	6	4	
ÁreaMeio	2	2	2	2	

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores – Parte A, Item 5, do Anexo II, da DN nº 127, 15/05/2013, informamos que o quadro em referência não foi preenchido por motivo de não sermos os responsáveis pela elaboração de folha de pagamento, ficando a mesma no encargo da CGRH/SPOA/MAPA – Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília, portanto não possuímos as informações solicitadas.

Análise Crítica:

A SFA/RO conta hoje com 33 agentes administrativos sendo que deste total somente 12 exercem suas funções na sede da Superintendência, estando os outros 21 localizados nos municípios do Estado de Rondônia causando com isso uma carência de Agentes Administrativos para exercerem as atividades necessárias para o bom funcionamento da instituição causando sobrecarga em determinadas funções e deficiência nos serviços executados por esta parcela de servidores.

Com referência ao Quadro 32, Composição do quadro de estagiários, informamos que a coluna custo do exercício não consta valores por que a SFA/RO não é Unidade Orçamentária e portanto não realiza os pagamentos dos proventos do estagiários sendo os mesmos realizados pelo CGRH/SPOA/MAPA.

Informamos que não houve terceirização de cargos e atividades do Plano de Cargos da SFA/RO.

6.2. - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

OUADRO 33 - Contratos de prestação de servicos de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

QUIDIO 35 Contratos de prestação de serviços de impeza e ingiêne e vigitaneia ostensiva						
Unidade Contratante						
Nome: Superintenência Federal de Agricultura em Rondônia						
UG/Gestão: 130083 CNPJ: 00.396.895/0036 - 55						

Informações sobre os contratos													
				Período Nível de Escolaridade					e				
A a				Empresa	contr	atual	exi	gido	dos tı	aball	nado	res	Sit.
Ano			Identific	Contrata	de exe	cução		c	ontra	tados	3		
do	Área	Nat.	ação do	da	da	as							
contra			Contrato	(CNPJ)	ativid	lades		F	N	A	5	S	
to					contra	atadas							
					Início	Fim	P	С	P	C	P	C	
2010	L			84.624.329/	12/07/2	12/07/							
		О	0004/2010	0001-13	010	2015	5	5	-	-	-	-	A
2013	V			10.760.842/	01/07/2	01/07/							
		O	0006/2013	0001-03	013	2018	9	9	-	-	-	-	A

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAD/SFA/RO

Análise Crítica: O contrato de Vigilância Ostensiva encontra – se em vigor e em seu primeiro ano de vigência, não sendo encontrada nenhuma dificuldade na execução na condução do contrato, a empresa cumpre com as suas obrigações contratuais, substituindo, em caso de falta, o vigilante, não deixando em descoberto a SFA/RO. Em relação ao contrato de limpeza e higiene, informamos que o contrato encontra – se devidamente aditivado e assim como o de vigilância a empresa também providencia a substituição imediata do servidor em caso de falta não hevndo problemas na execução dos 02 contratos.



7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

- 6.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, destacando:
- a) a quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização;

a) a quantidade de verculos por categoria de uso e por regionalização;											
DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS DA SFA/RO											
	A - Sede da Superintendência Federal da Agricultura de Rondônia – SFA/RO										
Item	Veículo	Placa	Ano/Fabr icação	Chefe/ Responsável	Divisão/ Serviço						
1	Toyota/Hilux (Caminhonete)	NDV-1892	2009								
2	L-200 Outdoor/Mitsubhi (Caminhonete)	NDS-8762	2011	A167.1.	Control Latina						
3	TOYOTA/HILUX (Caminhonete)	NDN-4789	2006	Alfério Clarisney Boetch	Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA/DDA/SFA -						
4	L-200 Outdoor/Mitsubhi (Caminhonete)	NDV-1832	2009								
5	L-200 Outdoor/Mitsubhi (Caminhonete)	NDX-0051	2008								
6	L-200 GLS/Mitsubishi (Caminhonete) - Transporte do Lixo da SFA/RO	NCM-3242	2002								
7	Ecosport (automóvel)	NDS-0601	2011	Vagne	Serviço de Apoio Administrativo -						
8	Gol/VW (automóvel)	NCY-8996	2011	vugne	SAD/SFA -RO*						
9	Gol/VW (automóvel)	NCY-4376	2011								
10	L-200/Mitsubishi (Caminhonete)	NDX-0041	2008								
11	Toyota/Hilux (Caminhonete)	NDX-4475	2008		Serviço de Inspeção e						
12	Toyota/Hilux (Caminhonete)	NDS-8742	2011	Ubiraci	Sanidade Vegetal - SISV/DDA/SFA - RO						
13	L-200 Outdoor/Mitsubishi (Caminhonete)	NED-6418	2010	Gilberto/ Alcides	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG/SFA - RO						
14	Ford/Ranger (Caminhonete)	NDG-6248	2010		Divisão de Política,						
15	Toyota/Hilux (Caminhonete)	NDN-4679	2006	Rivaldo	Produção e Desenvolvimento						



16	L-200 Outdoor/Mitsubhi (Caminhonete)	NEW9331	2008		Agropecuário - DPDAG/SFA - RO
17	L-200 Outdoor/Mitsubhi (Caminhonete)	NDS-8772	2011	Valterlins	Gabinete
18	L-200 Outdoor/Mitsubishi (Caminhonete)	NDS-8832	2011	Ângelo	Divisão de Defesa Agropecuária - DDA/SFA - RO
19	Trator/FERGUSON	TTR-9263	2005	Bragado	Núcleo de Transportes
		19			

B - Veículos UTRA'S – Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias

			Ano/Fa			
ITE M	VEÍCULO	PLACA	Ano/Fa bricaçã o	Responsável	Município	
1	Toyota/Hilux (Caminhonete)	NDV- 0301	2009			
2	L-200 Outdoor/Mitsubshi(Caminhone te)	NED6428	2010	João Carlos Aranha	Ariquemes	
2	Toyota/Hilux (Caminhonete)	NDV- 0281	2009			
3	Toyota/Hilux (Caminhonete)	NDV- 0281	2009	Anna Karina	Ouro Preto D'Oeste	
4	Toyota/Hilux (Caminhonete)	NDV- 1872	2009			
5	Mitsubishi/L-200 (Caminhonete)	NDS- 8882	2011	Ângelo	Ji-Paraná	
7	GOL/VW (automóvel)	NCX- 7526	2011	Nestor		
6	Toyota/Hilux (Caminhonete)	NDV- 0311	2009	Kanenberg	Cacoal	
7	Toyota/Hilux (Caminhonete)	NDV- 0271	2008			
8	Mitsubishi/L-200 (Caminhonete)	NDS- 8922	2011	Maurício Y. Kato	Rolim de Moura	
9	MitsubshiI/L200 (Caminhonete)	NDS- 8942	2011			
10	Toyota/Hilux (Caminhonete)	NDV- 1902	2009			
11	Toyota/Hilux (Caminhonete)	NDV- 1922	2009	Fernando Soares	Vilhena	



12	Toyota/Hilux (Caminhonete)	NDV- 1932	2009	Pinto				
15	Toyota/Bandeirante (Caminhonete)	NBQ- 8830	1986					
	TO	TAL			15			
	C - Uvagro - Unidade de Vigilância Agropecuária							
1	Ford/Ecosport (automóvel)	NDS- 0611	2011	Paulo Cruz	Guajará-Mirim			
2	Mitsubishi/L-200 (Caminhonete)	NDS- 8782	2011	Amaro				
	TO	2						
	TOTAL	36						

OBS.: Veículo distribuídos ao SAD atenderão todos os serviços quando a atividade for administrativa necessitando de veículo tipo automóvel.

b) contextualização da relevância da frota de veículos para a execução da atividade-fim da unidade e a consecução dos objetivos estratégicos;

A viabilidade das ações implementadas pela SFA/RO dependem quase que exclusivamente do bom uso da frota em diversas atividades institucionais que necessitam de visitas, reuniões, fiscalizações e outras "in loco".

c) as normas que regulamentam a gestão e o uso da frota;

A legislação que regula é a IN n ° 3-MPOG, de 15 de maio de 2008 e Portaria Ministerial n° 191, de 23 de outubro de 2012 do Excelentíssimo Senhor Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que dentre outras instituiu o SCVA – Sistema de Controle de Veículos Automotores.

d) os critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação;

Até a presente data o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento mantêm como opção a aquisição da frota. E ainda que, até a presente data não foram realizados levantamento sobre a viabilidade ou não da locação para os nossos serviços.

- e) os custos envolvidos.
- Gastos com combustíveis e óleos lubrificantes Gestão da Frota Abastecimento: R\$ 65.916.99:
- Gastos com revisões preventivas e corretivas Gestão da Frota Manutenção: R\$ 48.444.94:
- Gastos com seguros obrigatórios: R\$ 4.771,62;
- Gastos com IPVA e TAXAS: R\$ 6.051,93.
- **GRUPO III** Veículos de transporte institucional: TOTAL: 01 01 camionete Toyota Hilux 7 anos;



- **GRUPO IV** Veículos Serviços Comuns Transporte de Pessoal a Serviço: TOTAL: 05 02 Automóveis Volkswagen Modelo Gol; 01 Automóvel Ford Modelo Ecosport e 02 camionetes Mitsubishi L200 4,4 anos;
- **GRUPO V** Veículos de serviços especiais Na realização de atividades de saúde pública, fiscalização e coleta de dados: TOTAL: 30 01 Automóvel Volkswagen Modelo Gol; 01 Automóvel Ford Modelo Ecosport, 01 Camionete Ford Ranger; 01 Camiote Toyota Bandeirante; 12 Camionetes Mitsubishi L200; 14 Camionete Toyota Hilux 3,43 anos.
- f) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra "c" supra;

A média anual de quilometragem da frota em 2013 foi de 248.445 km.

- g) Idade média da frota, por grupo de veículos;
- A idade média da frota é de 4 (quatro) anos.
- h) Plano de substituição da frota;
- Tendo em vista contenção do Governo Federal em 2013 não havia prevista de renovação da frota.
- i) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;
 - Até a presente data o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento mantêm como opção a aquisição da frota. E ainda que, até a presente data não foram realizados levantamento sobre a viabilidade ou não da locação para os nossos serviços.
- j) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Foi implementa a utilização do Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA em âmbito nacional.

7.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário Quadro 34 – Distribuição Espacial Dos Bens Imóveis De Uso Especial De Propriedade Da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ EXERCÍCIO 2013 EXERCÍCIO 2012		
	UF Rondônia	Σ	Σ	
	Município Guajará Mirim	1	1	
BRASIL	Município Porto Velho	1	1	
	Município Vilhena	1	1	
	Subtotal Brasil	03	03	
	PAÍS 1	Σ	Σ	
	Cidade 1	-	-	
	Cidade 2	-	-	
EXTERIOR	Cidade "n"	-	-	
EXIEKTOR	PAÍS "n"	Σ	Σ	
	Cidade 1	-	-	
	Cidade 2	-	-	
	Cidade "n"	-	-	
	Subtotal Exterior	-	-	
	Total (Brasil + Exterior)	03	03	

Fonte: SPIUNET e Informações do Setor de Patrimônio.



QUADRO 35 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

UG RIP Regime		Estado Valor do Imóve		el	Despesa co Manutençã exercício	o no		
UG	KIP	Regime	Conserv ação	Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Insta la ções
130083	0001.000	Entrega- Adm.	Bom	58.292,10	31/12/2010	58.292,10		-
	75.500-0	Fed. Direta						
130083	0003.003	Entrega- Adm.	Muito	1.220.730,70	31/12/2010	1.220.730,70	130,693,73	-
	44.500-8	Fed. Direta	Bom					
130083	0013.000	Entrega- Adm.	Bom	682.224,86	31/12/2010	682.224,86		-
	40.500-2	Fed. Direta						
	TOTAL					1.961.247,66		

Fonte: SPIUNET, Informações do Setor de Manutenção Predial e SIAFI.

Análise Crítica

A Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia – SFA/RO tem a gestão dos imóveis onde funcionam a sede e dois escritórios interiorizados já regularizados junto a Superintendência do Patrimônio da União – SPU, cadastrados no Sistema SPU – NET, daquele órgão, conforme segue:

- a) A área do prédio localizada em Porto Velho RO, na rodovia BR 364, km 5,5, sentido Cuiabá, e encontra se em encontra se na CONJUR/MAPA o processo para a reversão de mais uma parcela para a Organização dos Povos Indígenas Kassupá e Salamai. Deve-se ressaltar que neste espaço remanescente estão localizadas uma Igreja e uma Escola Estadual. Em função da extensão e localização da área da Superintendência ser às margens da BR 364, que está sendo ampliada e estar contígua a área cedida para a UNIR, que está com várias residências desocupadas e a área sem conservação, a SFA/RO tem que despender grandes esforços para manutenção e vigilância dos prédios e bens. Durante o ano de 2010 iniciaram-se reformas nos prédios (principal sede e almoxarifado), envolvendo reparos (pintura, piso, divisórias e forro), reforma elétrica e instalação de ar condicionados, concluídas no exercício de 2011.
- b) um prédio situado em Guajará Mirim RO e espaço para atracadouro, utilizada como Unidade do Sistema de Vigilância Agropecuária UVAGRO, localizada às margens do rio Mamoré, sendo que não houve recursos para reforma, necessitando, então, de investimentos para reforma e ampliação com embarcadouro.
- c) 01 prédio situado em Vilhena RO, às margens da BR 364, divisa com o estado do Mato Grosso, que funciona como posto avançado de fiscalização agropecuária. Levando-se em conta que o prédio está em razoável estado de conservação, necessita-se de investimento para reformas, havendo necessidade de construção de cerca da área e reforma e ampliação do prédio.
- d) A avaliação afirmada no quadro 34 foi extraída do SPIU através de consulta ao sistema que reflete a situação atual no sistema e não a data de sua avaliação.



8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO QUADRO 36 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

	Quesitos a serem avaliados					
1.	1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:					
1		rovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.				
\square	1	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.				
1	Re	sponsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.				
Z	1	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso				
M		corporativos de TI.				
	1	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.				
\overline{D}	1	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.				
\mathcal{D}	1	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.				
	1	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.				
	1	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.				
1	De	signou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.				
1	De	signou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.				
1	Mo	onitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.				
2.	Em	relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:				
1	Es	abeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.				
1	Es	abeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.				
1	Est	abeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.				
1	Est	rabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.				
1	Est	abeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.				
1	Ap	rovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos				
	res	pectivos controles.				
1	Os	indicadores e metas de TI são monitorados.				
1	Ac	ompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a				
		peito quando as metas de resultado não são atingidas.				
1		nhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.				
		re os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria				
ins		ição:				
1		ditoria de governança de TI.				
1		ditoria de sistemas de informação.				
2		ditoria de segurança da informação.				
2		ditoria de contratos de TI.				
2		ditoria de dados.				
Щ	Outra(s). Qual(is)?					
1		o foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.				
4.		relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:				
1		nstituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente. nstituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.				
1		nstituição aprovou e publicou PD11 interna ou externamente. Elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.				
1		elaboração do PDTI inclui a avaliação das resultados de PDTIs anteriores.				
1		PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.				
1		PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).				
1		PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.				



1	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
1	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
1	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
1	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
_	
٥.	Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:
1	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
1	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
1	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao
	respectivo processo de negócio.
6.	Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes
p	rocessos corporativos:
1	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
1	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
1	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade,
	integridade, confidencialidade e autenticidade.
1	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7.	Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre
(:	3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(:	2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
_	2) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(-	4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em
cc	ontrato.
(3	8) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo

8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)

- O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
- Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
- A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
 - A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
- A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
- A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).

9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?

Entre 1 e 40%.

e artefatos).

- Entre 41 e 60%.
- Acima de 60%.
- X Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

Comentários

Todas as decisões e contratos de TI, sua governança e planejamentos para desenvolvimento e aquisições são realizados pela sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo o contrato de um terceirizado para o acompanhamento e manutenção da rede interna da SFA/RO realizado pela CGTI/MAPA com contrato junto a CTIS.



9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

OUADRO 37 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental		Av	aliaç	ão	
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem					X
em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos					
e matérias primas.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Quando a contratação possibilita a aquisição de suprimentos e serviços sustentáveis a administração utiliza o critério que atenda. A					a a
exemplo, treinamento de terceirizados sobre consumo de energia.	-	isição			de
exemple, demanente de tercentzados sobre consumo de energia.		rimei		antár	e
	a		sust dmin		
			crite		
			A e		
		name		•	de
		eiriz			bre
	con	sumo	de e		ia.
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente				X	
adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados				X	
por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex.					
produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).					
	X 7				
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX)	X				
realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das					
empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a					
fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002,					
art. 1º, parágrafo único in fine), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição					
de produtos e serviços.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor				X	
consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
	Sin	1	ado	uirin	nos
 Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	lâm	-, pada nômi	S	[
		inuir			0
		sumo	de e	nerg	ia.
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
	0	pape		ciclá	
Sa houver concordância com a afirmação acima que forem os produtos adecimidação	não		ı ad n vist	dquir	
 Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	tell(TO GI	11 VIS	ia O	oc u



	valo	or ele	vado		
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização,				X	
 reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido 	Ter		pre	ferên b	cia ens
manifestada nos procedimentos licitatórios?	recarregáveis desde que mantenham a sua qualidade.				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).				X	
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.	X				
 Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	

Considerações Gerais: O maior problema sobre a destinação dos resíduos na SFA/RO é que não coleta de lixo. A coleta seletiva é realizada através de lixeiras identificadas. No entanto, a cidade de Porto Velho não possui um aterro sanitário adequado.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da U.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.



9.1 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

OUADRO 38 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QU	QUADRO 36 – CONSUMO DE LA ELE, ENERGIA ELETRICA E AGUA								
	Adesão a Programas de Sustentabilidade								
Noi	me do Programa		Ano de Adesão		Resultados				
n		Quantidade			Valor				
Recurso Consumido			Exerc	rcícios					
Consumuo	2013	2012	2011	2013	2012	2011			
Papel	360 resmas	-	700 resmas	4.422,50	-	6.020,00			
Água	20 m³	14 m³	11 m³	1.492,00	2.358,00	1.990,00			
Energia Elétrica	36292	11857 kWh	11409 kWh	103.544,82	69.525,31	85.131,98			
IIIIIII			Total	109.459,32	71883,31	93.141,98			

Fonte:



10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

O Quadro abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para atender às suas deliberações, estando estruturado em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Deliberações do TCU**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: **Deliberações expedidas pelo TCU**, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, em nível de item do Acórdão, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

QUADRO 39 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

	Unidade Jurisdicionada								
Denomin Abasteci		Superintendência	Federal de	Agricultura,	Pecuária	Código SIORG 002813			
		Dal	thanaazaa da T	CII					
			iberações do T ões Expedidas						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	-	Comur	nicação Expedida			
1	TC-032.237/2011-1	5875/2013	1.9.1	RE	Improprie pagament insalubric	to do adicional de			
1	TC-032.237/2011-1	5875/2013	1.9.2	RE	-	ção de servidores sem a renovação			
1	TC-032.237/2011-1	5875/2013	1.9.3	RE	Impropriedades no controle da entrega de cópias da declarações de bens de rendas exigidas pela Le 8.730/93 (ou da autorizações para acesso eletrônico das declarações);				
1	TC-032.237/2011-1	5875/2013	1.9.4	RE	imóveis com a val	valiação dos bens em discordância lidade estabelecida entação normativa 004/2003			
1	TC-032.237/2011-1	5875/2013	1.9.5	RE	aos oportunid conveniê	adequação quanto aspectos da lade e ncia da utilização sa de licitação			
1	TC-032.237/2011-1	5875/2013	1.9.6	RE	1.9.6. Ir edital de	nconsistências no e licitação para			



					contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância armada		
1	TC-032.237/2011-1	5875/2013	1.9.7	RE	1.9.7. Realização de despesas por inexigibilidade de licitação sem a formalização prévia do processo administrativo, sem respaldo contratual e sem prévio empenho.		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG		
J	SECEX-RO - Secretaria de Controle Externo – RO						
Descrição	Descrição da Deliberação						

3...

Providências Adotadas				
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG			
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	002813			
Superintendencia Federal de Agricultura, Pecuaria e Abastecimento	002813			

Síntese da Providência Adotada

Síntese dos Resultados Obtidos

1.9.1. O adicional de insalubridade dos servidores de cargo técnico da SFA/RO está sendo pago conforme legislação vigente. Ou seja, com os devidos laudos periciais médicos.

Em 2010 a Orientação Normativa nº 2, de 19 de fevereiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão através de sua Secretaria de Recursos Humanos estabeleceu novas orientações sobre a concessão dos adicionais de insalubridade.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nacionalmente cumpriu a determinação expedida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. E, em alguns casos retirou o referido adicional.

As categoriais envolvidas no assunto ajuizaram ações na Justiça Federal através de suas representações nacionais, ANTEFFA e ANFFA SINDICAL, resultando com as decisões que seguem anexadas, restabelecendo os pagamentos até julgamento final do pedido.

1.9.2. A SFA/RO, apesar de estar passando por grandes dificuldades por falta de pessoal administrativo e técnico, possui a situação referente à cessão de servidores que conforme orientação do Órgão Central não necessita de prorrogação da cessão conforme despacho nos processos nº 21000.008159/2011-11 e 21000.009708/2011-67. As alegações são as seguintes: "a cessão do servidor foi efetivada sem estabelecer prazo. ..., informando sobre a desnecessidade de prorrogação da cessão" e "não haver necessidade de prorrogação, visto que a Portaria SAF nº 3.554, publicada no Diário Oficial de 26 de agosto de 1992 a servidora foi cedida a essa Procuradoria sem estabelecer prazo"

1.9.3. Informamos que a pasta com as Declarações e/ou Autorizações está completa.

1.9.4. Indagado junto a Chefe do SMP/SAD/SFA-RO a mesma informou ter desconhecimento do assunto. Entendemos ser um tema complexo e que não temos o profissional com esse conhecimento. Temos conhecimento que a CGU/RO mantém uma parceria junto ao SPU/RO para ministrar um treinamento sobre o assunto e com certeza iremos participar.

Em atenção aos imóveis esclarecemos que a SFA/RO possui as seguintes instalações:

1. Sede da SFA/RO em Porto Velho/RO: Parte da área foi cedida à Universidade Federal de Rondônia – UNIR, à Superintendência Federal da Pesca e Aqüicultura – SFPA/RO e Fundação Nacional do Índio – FUNAI/RO para atender a etnia Cassupá.

Tramita ainda, pedido de cessão de parte da área para o Governo do Estado de Rondônia para uso da Escola Princesa Isabel e outra parte da área para a Arquidiocese de Porto Velho para instalação de um Centro Comunitário da Igreja Nossa Senhora da Conceição.

- 2. Unidade de Vigilância Agropecuária de Guajará-Mirim: Informamos que também tramita processo junto ao SPU/RO com pedido de parte da área para a Delegacia da Receita Federal de Rondônia.
- 3. Unidade Técnica Regional de Vilhena: Devidamente registrada no sistema SPIUNET faltando regularizar a avaliação conforme determinado.

Assim, tão logo sejam finalizados os processos de cessão para melhor utilização da área federal, pediremos o apoio da Superintendência Federal do



Patrimônio da União - SPU para orientações para que possamos regularizar a pendência.

1.9.5. Nos últimos dois anos vimos informando ao Órgão Central do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, CGU/RO, MPF/RO, TCU/RO e AGU/RO sobre a nossa grande dificuldade com a falta de pessoal administrativo e técnico.

No entanto, vimos dentro do possível diminuindo as contratações através de dispensa de licitação. Em 2010 eram 96 (noventa e seis) dispensas; em 2011 eram 83 (oitenta e três) dispensas, em 2012 eram 98 (dispensas) e em 2013 apenas 27 (vinte e sete) dispensas.

1.9.6. No início de 2012 tivemos conhecimento sobre a inconsistência.

Como medida administrativa, autuamos o processo nº 21046.000009/2012-14 e realizamos o Pregão Eletrônico nº 0002/2012 e firmamos o Contrato nº 10/2012 com a empresa TRANSBRASIL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA. No final do exercício rescindimos o contrato tendo em vista dificuldades financeiras da Contratada.

Para o exercício de 2013 autuamos o processo nº 21046.000159/2013-09 e realizamos o Pregão nº 0003/2013 e firmamos o Contrato nº 0006/2013 com a empresa IMPERIAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

1.9.7. Informamos que os processos de inexigibilidade referente o exercício de 2013 estão todos autuados e devidamente empenhados.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor



10.1 - Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO 40 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

			Ocorrência da (Entregar a DBR	. .
Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades	Obrigados a entregar a DBR			
(Incisos I a VI do art. 1º da	Entregaram a DBR			
Lei n° 8.730/93)	Não cumpriram a obrigação			
	Obrigados a entregar a DBR			
Cargos Eletivos	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR	23	1	23
(Cargo, Emprego, Função de	Entregaram a DBR	23	1	23
Confiança ou em comissão)	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

Em relação ao Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013 – conforme Parte A, Subitem 9,5, do Anexo II da DN nº 127, de 15/05/2013, informamos que não houve ocorrência e portanto não incluímos o referido quadro neste Relatório de Gestão.



11 - QUADRO 41 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, Domicio Campos Oliveira, CPF n° 030.584.332 - 04, Chefe do SePA/SFA-RO, exercido na Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Velho, 28 de março de 2014.

Domicio Campos Oliveira

030.584.332 - 04

SePA/SFA/RO



12 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

11.2.2 DECLARAÇÃO COM RESSALVA

QUADRO 42

DECLARAÇÃO DO CONTADOR				
Denominação completa (UJ):	Código da UG:			
SUPERINT. FED. DE AGRIC. , PEC. E ABASTECIMENTO /RO	130083			

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

- a) Saldo alongado/Indev. Contas Trans. Ativo Não Circulante Imobiliário;
- b) Saldo Contábil do Almoxarifado não Confere com o RMA;
- c) Saldo Contábil Bens Moveis não Confere com o RMB.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2013
Contador	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO
Responsável			